

PIB NOVA METODOLOGIA DO PARANÁ 1980-94



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Impresso

PIB NOVA METODOLOGIA DO PARANÁ 1980-94

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Curitiba - 1995



Apresentação

Com o objetivo de aprimorar as informações macroeconômicas para o Estado do Paraná, o IPARDES está desenvolvendo um projeto de revisão e ampliação das estatísticas das Contas Regionais.

Esse projeto desenvolve-se em várias etapas. Na primeira, iniciada em abril de 1995 e concluída com a publicação da nova metodologia de cálculo do PIB do Paraná,¹ procedeu-se à revisão e atualização da série 1980-94, com o cálculo do PIB desagregado por atividade econômica. O último resultado publicado com essa desagregação refere-se ao ano de 1989. Embora nessa etapa não se objetivasse uma alteração no ano-base, de 1980 para 1985, foi feita uma mudança profunda na metodologia e na base de dados. Destaca-se a introdução de indicadores de crescimento real para as atividades de Serviços, compatíveis com os utilizados nas Contas Nacionais, preenchendo-se uma importante lacuna de informações no acompanhamento da economia estadual.

A segunda etapa, de maior fôlego, pretende construir a Matriz de Insumo-Produto para o ano de 1985, cujas tabelas básicas constituirão as informações do novo ano-base das Contas Regionais. A integração de Matrizes de Insumo-Produto vem sendo recomendada pelas Nações Unidas

desde o final da década de 60 e está sendo adotada pelo IBGE no âmbito do projeto de construção do Novo Sistema de Contas Nacionais. O encerramento dessa etapa se dará com a publicação da nova série corrente do PIB, sendo a Conta de Produção do ano-base (PIB por atividade econômica) extraída da Matriz de Insumo-Produto.

A terceira etapa, de fato correndo em paralelo, prevê a construção de um Sistema de Indicadores Conjunturais, com o aproveitamento dos já existentes, especialmente aqueles publicados pelo IBGE, e a produção de novos indicadores. O desenvolvimento do principal indicador, já objeto de um convênio de cooperação técnica entre as Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, terá como referência as informações do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, Prestação de Serviços de Transporte Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicações (ICMS).

Esta publicação explicita os aspectos conceituais mais relevantes das Contas Nacionais e Regionais, descreve a nova metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto do Paraná para o período 1980-94 e apresenta os seus resultados em forma tabular e gráfica.

Aspectos Conceituais

Território Econômico e Unidade Residente

A maior dificuldade no tratamento das informações regionais está em definir *território econômico*, ou seja, em saber quais agentes e transações (ou operações) seriam considerados relevantes para a economia regional. Essa definição é fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos de construção de Contas e Matrizes de Insumo-Produto Regionais.

Definir território econômico significa delimitar a fronteira entre a economia nacional ou regional e o resto do mundo. A economia regional ou nacional corresponde ao conjunto de fatos e transações econômicas realizadas pelas unidades residentes. O resto do mundo, no caso da economia regional, seria o restante do país. As transações entre a economia regional e outras economias — regionais ou nacionais — são, portanto, relação entre residentes e não residentes.

Entende-se por *unidade residente* aquela que possui o centro de interesse na região, isto é, onde são realizadas suas operações ou transações econômicas por um período normalmente superior a um ano. Se uma empresa opera em várias regiões, somente a parcela de suas operações realizada na região em análise é considerada como residente. Não são considerados residentes, por exemplo, os turistas e as pessoas em viagem de negócios.

O Produto Interno Bruto (PIB) — e, analogamente, outros agregados macroeconômicos remetidos ao conceito *Interior* — consiste no **Produto ou Valor Adicionado** gerado no território econômico de um país por residentes.² Toda a renda gerada na produção ou **Valor Adicionado** passa por um processo de redistribuição. Quando esse processo envolve pagamentos/recebimentos ao/do exterior referentes às remunerações dos serviços dos fatores de produção, isto é, referentes ao uso, em território econômico do país, desses fatores de propriedade de não-residentes, chega-se ao conceito de **Produto Nacional Bruto (PNB)** — e, analogamen-

te, ao conceito Nacional para os demais agregados macroeconômicos.

Quando se trata de agregados regionais, pode-se fazer referência a um **Produto Interno (Interior ou Territorial)** como aquilo gerado no território econômico e a um **Produto Regional** — remetendo-se ao conceito de **Produto Nacional** — como a apropriação de renda dos residentes na região, considerando-se, inclusive, suas transações com o resto do mundo, além daquelas com o resto do país. Esse ponto, embora conceitualmente seja semelhante aos cálculos nacionais, estatisticamente representa uma impossibilidade de elaboração, em âmbito regional, de um Sistema Completo de Contas, pois não existem registros sobre as transações de renda entre os residentes de uma região e os não-residentes localizados em um mesmo país.

Operações ou Transações Utilizadas nas Estimativas dos Agregados Macroeconômicos

Produção de Bens e Serviços

Adotou-se, conforme recomendações das Nações Unidas, o conceito amplo de **Produção**, que considera como produtiva toda atividade socialmente organizada para a Produção de Bens e Serviços, sejam eles transacionados ou não no mercado. Ela é realizada por residentes no território econômico regional, refere-se a um dado período de tempo (no caso, um ano) e é valorada, no presente caso, a preços aproximadamente básicos.

Por convenção, toda a produção de bens é considerada mercantil, podendo-se, assim, inferir um preço para eles. Isso inclui toda a produção para autoconsumo na agricultura e a produção por conta própria de bens de capital fixo imobilizados pelo próprio produtor.

Já os Serviços são divididos em mercantis e não-mercantis. São considerados mercantis aqueles cujo objetivo da produção é a venda no mercado por um preço que remunera os serviços dos fatores usados na sua produção (ainda que, num dado momento, em função da política eco-

nômica, seus preços sejam controlados abaixo desse nível). Entre esses serviços há ainda um serviço cujo valor é obtido por uma convenção:³ a Produção Imputada de Serviços Financeiros.

Os serviços não-mercantis são aqueles fornecidos à coletividade (a todo o país, a grupos específicos de pessoas ou famílias, etc.) gratuitamente ou por um preço simbólico. Incluem, também, os serviços domésticos assalariados (excluem, portanto, o serviço doméstico executado por conta própria). Os serviços coletivos são fornecidos pela Administração Pública ou por Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Uma parcela dos serviços públicos não possui nenhum tipo de mercado (é o caso dos serviços prestados pela Defesa Nacional, Poder Judiciário, etc.), não se podendo definir preço sob nenhuma hipótese; outra parcela desses serviços (saúde e educação, por exemplo) e parte dos serviços privados não-mercantis poderiam ser valorados por preços de mercado. Entretanto, como são realizados por unidades institucionais, cujo principal objetivo é atender às famílias e cuja principal fonte de recursos é a transferência compulsória ou voluntária de recursos através de impostos ou doações, o Valor de Produção é a soma do Consumo Intermediário, das Remunerações (salários brutos mais encargos sociais) e da Depreciação (consumo de capital fixo). Já os serviços domésticos são medidos pelo valor das Remunerações (salários brutos mais encargos sociais).

Consumo Intermediário

É o consumo de bens e serviços mercantis utilizados na produção de outros bens e serviços (mercantis ou não), realizado por unidades residentes no território econômico regional. Não inclui os bens de capital, os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, bem como os bens cedidos aos empregados a título de pagamento, que são considerados como pagamento de salário em espécie. Por convenção, todo equipamento militar é classificado como Consumo Intermediário das Administrações Públicas. Os bens e serviços são valorados a preços de consumidor (incluindo margens de comercialização e transporte e os impostos, quando não dedutíveis).

Impostos Ligados à Produção e à Importação

Esses impostos são devidos às Administrações Públicas (federal, estadual e municipal) e incidem sobre a produção, a importação e a utilização dos fatores de produção, incluídos os valores referentes a multas, juros de mora ou qualquer outro valor acessório relacionado a sua cobrança. Do valor arrecadado por tipo de imposto, devem ser deduzidos os créditos concedidos.

Os Impostos Ligados à Produção compreendem aqueles incidentes sobre produtos e os referentes ao uso dos fatores. Os primeiros englobam os impostos sobre produtos e os impostos sobre valor adicionado —Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) até 1988 e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, Prestação de Serviços de Transporte Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicações (ICMS), após a nova Constituição. Aqueles referentes ao uso de fatores compreendem os incidentes sobre a folha de pagamento (Contribuição ao Salário Educação; contribuições ao SENAI, SENAC, SESI, SESC, INCRA e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional; e a Contribuição para o Fundo Aeroviário). Os outros impostos incidentes sobre o uso dos fatores atingem seletivamente algumas atividades (como, por exemplo, as tarifas aeroportuárias, taxa de utilização de faróis, emolumentos de mineração, etc.).⁴

Subsídios Correntes

Os subsídios são transferências efetuadas pela Administração Pública para as unidades produtivas. Quando visam à redução no preço final do bem ou serviço produzido são classificados como subsídios a produtos (como aqueles referentes ao trigo, produtos comercializados pela CFP, etc.); quando visam à garantia de rentabilidade da atividade, são classificados como subsídio às atividades.⁵ Não são considerados os subsídios para investimentos.

A partir dessas transações, são obtidos os principais saldos referentes à Conta de Produção, desagregada por atividade.

Agregados Macroeconômicos

O principal agregado macroeconômico é o **Valor Adicionado**, que pode ser obtido a custo de fatores e a preços básicos. O **Valor Adicionado a preços de mercado** só é definido para o total da economia. De forma simplificada, o **Valor Adicionado a preços básicos** é obtido pela diferença entre o **Valor da Produção a preços aproximadamente básicos** e o **Consumo Intermediário a preços de consumidor**. Nesse caso obtém-se as identidades:

$$VA_{pb} = VP_{pab} - CI_{pc}; \text{ ou, alternativamente:}$$

$$VA_{pb} = R_t + I_{sa} - Sb_a + EO \quad (1)$$

Para chegar ao Valor Adicionado a custo de fatores, é necessário retirar os impostos (líquidos de subsídios) sobre a atividade, ou seja:

$$VA_{cf} = R_t + EO; \text{ ou ainda:}$$

$$VA_{cf} = VA_{pb} - I_{sa} + Sb_a; \text{ onde:}$$

VA_{pb} = Valor Adicionado a preço básico

VP_{pab} = Valor da Produção a preço aproximadamente básico

CI_{pc} = Consumo Intermediário a preço do consumidor

R_t = Remuneração dos assalariados

I_{sa} = Imposto sobre a atividade

Sb_a = Subsídio à atividade

EO = Excedente Operacional Bruto

VA_{cf} = Valor Adicionado a custo de fatores

Os Valores Adicionados a custo de fatores e a preços básicos diferem marginalmente no caso brasileiro, dado o pequeno montante dos subsídios e impostos sobre a atividade.

O Excedente Operacional Bruto é obtido como um saldo a partir de um rearranjo da identidade apresentada em (1).

Cabe esclarecer que não foram descritos aqui os agregados em termos líquidos, dado que, na prática, no Brasil e na maioria dos países, é impossível mensurar o consumo de capital fixo.⁶

A obtenção do PIB a preços de mercado corresponde à soma do Valor Adicionado das atividades a preços básicos com os impostos líquidos de subsídios sobre produtos. Entretanto, não se dispõe de informações regionalizadas sobre os subsídios a produtos. Regionalizar os dados das Contas Nacionais seria uma alternativa se se dispusesse de informações bastante desagregadas, como numa Matriz de Insumo-Produto. Além disso, a identificação dos subsídios, mesmo nas Contas Nacionais, apenas parcialmente decorre de informações obtidas di-

retamente da Contabilidade Pública. Na maioria dos casos, resulta da reconstituição dos fluxos entre as administrações públicas e os demais agentes econômicos, que por sua vez são analisados por tipo de produtos. Assim, para o cálculo do PIB paranaense foram considerados somente impostos.⁷

Estimativas do Valor Adicionado a Preços Constantes

O Valor Adicionado a preços constantes pode ser obtido aplicando-se vários métodos. Quando se dispõe de informações independentes sobre o Valor da Produção e o Consumo Intermediário, ambos a preços constantes, o Valor Adicionado é obtido por saldo, como no ano-base.

No caso de Contas de Produção Consolidadas, como as Contas Nacionais brasileiras e as Contas Regionais do Paraná, o Valor Adicionado normalmente é extrapolado com base em indicadores de produção ou insumos (*output* e *input approaches*). Os indicadores de insumo referem-se a informações sobre o Consumo Intermediário e Valor Adicionado (insumos intermediários e insumos primários respectivamente) e podem ser: pessoal ocupado, homens/hora, índices de evolução da massa salarial real, matérias-primas consumidas, entre outros indicadores. Entre os indicadores da produção, pode-se mencionar: número de alunos matriculados, número de chamadas telefônicas, número de internações hospitalares, etc.

O índice de crescimento real ou índice de *quantum* utilizado é o de *Laspeyres*, definido como a razão entre o valor da produção do período t e o período 0 , ambos valorados a preços do período 0 .

A fórmula padrão do índice é:

$$L_{0,t} = \frac{\sum_{i=1}^n P_{i0} \cdot Q_{it}}{\sum_{i=1}^n P_{i0} \cdot Q_{i0}}; \text{ onde:}$$

P_{i0} = preço do produto i no período 0 ;

Q_{i0} = quantidade do produto i no período 0 ;

Q_{it} = quantidade do produto i no período t ;

$i = 1, 2, \dots, n$ = produtos;

0 = período-base;

t = período de referência do índice.

Essa fórmula pode ser alterada para considerar as atividades econômicas, usando-se como ponderadores o Valor Adicionado de cada atividade no ano-base.⁸

Metodologia de Cálculo do Valor Adicionado das Atividades Econômicas

Fontes e Tratamento das Informações Básicas

A maior parte das informações necessárias para a construção da Conta de Produção dos setores de atividades é proveniente dos Recenseamentos Econômicos de 1980 e do Censo Demográfico de 1980.

De maneira geral, as informações básicas compreendem os dados operacionais das atividades, tais como: produção, vendas, compra de matérias-primas e outros insumos intermediários; consumo, despesas indiretas, investimentos; estoques, pessoal ocupado, etc. Com esse conjunto de informações, deriva-se o Valor Adicionado como um saldo entre o Valor da Produção e o Consumo Intermediário. Quando se dispõe de informações estatísticas ou registros administrativos — censos econômico e agropecuário, inquéritos especiais, balanços das empresas e das administrações públicas — não há dificuldades práticas para o cálculo dos agregados. Quando não se dispõe parcial ou integralmente de estatísticas econômicas, são feitas estimativas, tendo por base as informações de pessoal ocupado e de rendimentos obtidas do Censo Demográfico de 1980. Esse grupo compõe a economia não-registrada, em contraposição ao primeiro grupo, cujas informações estão registradas nas fontes tradicionais.

Pode-se separar a economia não-registrada em dois subgrupos. No primeiro, estão as atividades que, embora sejam de forma majoritária formalmente organizadas, não dispõem de informações econômico-financeiras em fontes estatísticas ou registros administrativos. São elas: saúde mercantil, que engloba todas as empresas particulares (hospitalares e para-hospitalares), incluindo, também, as pessoas que, por conta própria, prestam serviços de saúde; a educação mercantil, que abrange todos os estabelecimentos de ensino privados, assim como os professores particulares; e os serviços privados não-mercantis, que abrangem os estabelecimentos ligados às atividades sociais (clubes, instituições religiosas e de auxílio, associações, etc.) e que foram considerados, devido à ausência de outras informações, como sem fins lucrativos.

No segundo grupo estão os trabalhadores autônomos de todas as atividades produtivas e os trabalhadores domésticos que prestam serviços domésticos remunerados.

As estimativas para o ano-base foram feitas a partir do número de pessoas ocupadas e do salário médio recebido, obtidos no Censo Demográfico. Inicialmente, estimou-se o número de salários recebidos por ano. Em seguida, o rendimento mensal é obtido multiplicando-se o ponto médio de cada faixa de rendimento pelo número de pessoas nela situado. O rendimento anual total foi obtido multiplicando-se esse valor pelo número de salários recebidos por ano. Para as atividades de saúde e educação mercantis, foi estimada ainda uma parcela referente ao Excedente Operacional Bruto, com base na estrutura da Matriz de Insumo-Produto para o Brasil - 1980. O Valor Adicionado corresponde ao rendimento estimado, inclusive o Excedente Operacional dessas atividades.

O resultado final está resumido na tabela abaixo:

ATIVIDADES	VALOR ADICIONADO (Cr\$ milhões de 1980)		
	Parcela Não- Registrada	Total	Participação (%)
Ind. Extrativa e de Transformação	2 801	153 969	1,8
Construção	4 036	40 920	9,9
Comércio	13 625	100 912	13,5
Transportes	10 159	26 112	38,9
Intermediários Financeiros	249	43 112	0,6
Serviços	40 454	76 967	52,6
Total das Atividades Consideradas	71 324	441 992	16,1
TOTAL DO PIB⁽¹⁾	71 324	673 564	10,6

FONTE: IPARDES

(1) Inclui os Serviços Financeiros Imputados.

Da parcela estimada para as atividades de Serviços, Cr\$ 3.403 milhões (8,4%) correspondem às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e Cr\$ 3.753 milhões (9,3%) aos Serviços Domésticos Remunerados. Os resultados obtidos são coerentes com os 13% estimados pelo IBGE, para o ano-base de 1980, no Novo Sistema de Contas Nacionais.

A principal alteração no cálculo das séries correntes foi a introdução de novos indicadores, principalmente para mensuração das atividades sob a denominação Serviços. Ainda que limitados, se comparados às informações utilizadas

nos países mais avançados, esses indicadores representam um significativo avanço.

A seguir, apresenta-se um resumo dos indicadores usados nas estimativas da série corrente do PIB paranaense.

RESUMO DOS INDICADORES USADOS NAS ESTIMATIVAS CORRENTES DO PIB DO PARANÁ

ATIVIDADES	COLUNA 1 ÍNDICE DE QUANTUM (1)	COLUNA 2 ÍNDICE DE PREÇOS (2)	COLUNA 3 ÍNDICE DE VALOR (3)
AGROPECUÁRIA			
Produção Vegetal (culturas permanentes, temporárias, horticultura e floricultura)	Índice de <i>Laspeyres</i> , a partir de informações da Produção Agrícola Municipal (PAM) e SEAB/DERAL	Índices de preços <i>Paashe</i> , a partir de informações da PAM e SEAB/DERAL	Col. 1 x Col. 2
Produção Animal e de Derivados (abate de animais, variação de rebanhos e derivados de origem animal)	Índice de <i>Laspeyres</i> , a partir de informações da Produção da Pecuária Municipal (PPM) e SEAB/DERAL	Índices de preços <i>Paashe</i> , a partir de informações da PAM e SEAB/DERAL	Col. 1 x Col. 2
Extração de Produtos Vegetais e Silvicultura	Índice de <i>Laspeyres</i> , a partir de informações da Produção Extrativa Vegetal (PEVS) e SEAB/DERAL	Índices de preços <i>Paashe</i> , a partir de informações da PEVS e SEAB/DERAL	Col. 1 x Col. 2
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL E DE TRANSFORMAÇÃO			
	Índice de produção física por gênero da indústria, do tipo <i>Laspeyres</i> , a partir de informações da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)	Índice de preços implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1)	Evolução do Valor Adicionado da SEFA por gênero de indústria
CONSTRUÇÃO			
	Índice de <i>Laspeyres</i> para quantidade consumida de cimento e asfalto	Índice de preços Pini e Índice de Preços de Obras Rodoviárias - Pavimentação da FGV	Col. 1 x Col. 2
SERVIÇOS INDUSTRIALIS DE UTILIDADE PÚBLICA - SIUP			
	Índice de <i>Laspeyres</i> para quantidade de energia elétrica produzida, a partir de informações da ELETROSUL	Índice de preços implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1)	Evolução da Receita Operacional (COPEL e SANEPAR)
COMÉRCIO			
	Índice de <i>Laspeyres</i> para quantidades comercializadas, a partir das informações de produção da agropecuária, indústria, e importações de bens de outros estados	Índice de preços implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1)	Evolução do Valor das Entradas nos estabelecimentos comerciais (SEFA)
TRANSPORTES			
	Índice de <i>Laspeyres</i> para quantidade consumida de óleo diesel	Índice de preços implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1) ou Índice de preços dos combustíveis da FGV	Evolução da Receita Operacional (PATR) ou Col. 1 x Col. 2
COMUNICAÇÕES			
	Índice de <i>Laspeyres</i> para o número de ligações locais e interurbanas	Índice de preço implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1)	Evolução da Receita Operacional (TELEPAR)
ALUGUEL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS			
	Índice de <i>Laspeyres</i> com base na evolução do número de domicílios para o aluguel residencial e crescimento da atividades industriais, comerciais e de serviços para o aluguel não residencial	Índice de preços de aluguéis da FIPE para o aluguel residencial e IGP-DI da FGV para o não residencial	Col. 1 x Col. 2
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E DE SEGUROS			
	Índice de <i>Laspeyres</i> com base na evolução do número de pessoas ocupadas, a partir de informações da RAIS	Índice de preços implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1) até 1988; IGP-DI de 1989 em diante	Variação nominal dos empréstimos ao setor privado até 1988, Col. 1 x Col. 2 de 1989 em diante
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			
	Índice de <i>Laspeyres</i> com base na evolução do número de pessoas ocupadas, a partir de informações da RAIS	Índice de preços implícito do tipo <i>Paashe</i> (Coluna 3/Coluna 1)	Variação Nominal das despesas com salários e encargos do pessoal ativo das Administrações Públicas Estaduais e Municipais
SERVIÇOS			
	Índice de <i>Laspeyres</i> com base na evolução do número de pessoas ocupadas, a partir de informações da RAIS, exceto para os serviços domésticos remunerados, para o qual se utiliza a evolução da população do Estado	Variação do Salário Mínimo	Col. 1 x Col. 2

As estimativas do Valor Adicionado a preços correntes e constantes gerado pela parcela não-registrada das atividades produtivas são feitas segundo a disponibilidade de informações específicas. Os indicadores utilizados são:

- Indústria Extrativa e de Transformação: como não se dispõe de indicadores específicos, o Valor Adicionado, estimado com base no Censo Demográfico, acompanha a média da parcela mensurada da atividade. Significa que a participação desse componente em relação ao total da Indústria Extrativa e de Transformação é constante ao longo da série;
- Construção Civil: a parcela estimada com base no Censo Demográfico tem como indicador de *quantum* o consumo aparente de cimento, já que os trabalhadores autônomos dessa atividade se dedicam principalmente às atividades de construção e reparações residenciais. O índice de preço utilizado foi a variação do salário mínimo;
- Comércio, Transportes e Instituições Financeiras: para essas atividades também não se dispõe de indicadores específicos. Dessa forma, o Valor Adicionado estimado com base no Censo Demográfico de 1980 acompanha a média da parcela mensurada da atividade. Significa que a participação desse componente é constante ao longo da série;
- Serviços: a parcela referente aos Serviços Domésticos Remunerados tem como indicador de *quantum* a evolução da população estadual e como indicador de preços a variação do salário mínimo. A parcela restante acompanha a média da parcela mensurada da atividade.

Principais Alterações Metodológicas

A seguir, são descritas as principais alterações introduzidas para o cálculo do PIB paranaense série 1980-94, relacionadas tanto ao tratamento estatístico das informações quanto a novos procedimentos metodológicos.

Ampliação do Tratamento da Inflação no Cálculo dos Agregados

Para minimizar os efeitos da inflação sobre as informações, foram realizados ajustes nas informações básicas. Os ajustes mais importantes se deram sobre as informações de estoques, que por sua vez têm repercussão sobre as estimativas do valor da margem comercial e o consumo intermediário.

O tratamento da inflação visa eliminar as distorções nos valores nominais informados, de forma a não se considerarem como Valor Adicionado as variações no patrimônio (*holding gains*). Para o caso da Margem de Revenda, simplesmente calcula-se a variação de estoques eliminando-se os efeitos da inflação e ajustando-se os valores dos estoques iniciais e finais para o ponto médio do ano. A fórmula utilizada é a seguinte:

$$V_{ea} = \frac{E_f \cdot I_m - E_i \cdot I_i}{I_f}$$

O índice de preço utilizado foi o Índice de Preços no Atacado (IPA) da Fundação Getúlio Vargas. A margem de comércio ou de revenda de mercadorias é obtida pela fórmula:

$$\text{Margem} = \text{Vendas} - \text{Compras} + V_{ea}; \text{ onde:}$$

V_{ea} = Variação de estoques ajustada

E_f = Estoque Final

I_m = Índice médio de preços do período (Dez. 80 - Dez. 81)

E_i = Estoque Inicial

I_f = Índice de preço de Dez. 81

I_i = Índice de preço de Dez. 80

Esse procedimento é amplamente utilizado nos cálculos de agregados macroeconômicos, e uma variação dessa fórmula já era aplicada na metodologia adotada anteriormente.⁹ Menos evidente é o ajuste realizado nos estoques de insu-
mos e sua consequência sobre o Consumo Intermediário.

Os valores de consumo informados no Censo são valores contábeis históricos, normalmente baseados no custo médio. Isso significa que, quanto maior a inflação, maior a diferença do custo histórico de um bem e o seu custo de reposição. Em termos nominais, o Consumo Intermediário diminui relativamente ao Valor da

Produção, distorcendo o Valor Adicionado. Essa diferença entre o valor histórico dos estoques e o seu custo de reposição é denominada "valorização". Dessa forma:

$$V_{en} = V_{ea} + \text{Valorização}$$

$$V_{en} = E_f - E_i ; \text{ onde:}$$

V_{en} = Variação Nominal de Estoques

V_{ea} = Variação Ajustada de Estoques

E_i = Estoque Inicial

E_f = Estoque Final

A "valorização" deve ser acrescida ao Consumo Intermediário, eliminando-se as distorções apontadas. O ideal é realizar esse ajuste com informações bastante desagregadas, porque a fórmula não se aplica a produtos com sazonalidade muito marcante. Como não se dispunha dessas informações, trabalhou-se com as informações agregadas por gênero de atividade. O resultado global é coerente com o verificado quando da construção da Matriz de Insumo-Produto do Brasil para 1980.

Ajuste na Base de Dados

A principal alteração foi feita nos valores da atividade comercial. Quando da divulgação dos Censos Econômicos de 1985, o IBGE procedeu a uma revisão da base de dados de 1980, para efeitos de comparação dos dois anos censitários. No Censo de 1980, os departamentos de vendas de empresas industriais foram classificados como estabelecimentos comerciais, distorcendo os resultados para essas atividades. Esses procedimentos foram alterados para o Censo de 1985, resultando, ainda, numa alteração na base de dados de 1980, tornando-a compatível com a nova concepção do Censo. O impacto dessa alteração no Censo Comercial foi uma queda de cerca de 20% na receita de vendas, tanto para o Brasil como para o Paraná. Já o impacto sobre a indústria extrativa e de transformação no Paraná foi insignificante, com o Valor de Transformação Industrial (VTI) passando de Cr\$ 172 para Cr\$ 171 milhões.¹⁰

Uma alteração necessária para tornar compatíveis os resultados do ano-base com o indicador de *quantum* utilizado (a série de produção física do IBGE) foi a reclassificação da atividade Produção de Óleos Vegetais em Bruto (do gênero Química) para Produtos Alimentares. Foram eliminados, ainda, os gêneros 31 e 32, respectivamente Unidades Auxiliares de Apoio e de

Serviços de Natureza Industrial e Unidades Auxiliares Administrativas, rateando-se suas informações pelas atividades produtivas, na proporção do Valor Adicionado gerado em cada uma.

Desagregação de Atividades

Os novos resultados apresentam informações desagregadas para a Agropecuária, identificando-se o comportamento da Produção Vegetal e Produção Animal e a separação das atividades de Transportes das atividades de Comunicações.

Introdução de Novos Indicadores

Foram usados novos indicadores de *quantum* e preços para as estimativas correntes. Para as atividades das Administrações Públicas, Instituições Financeiras e de Seguros e Serviços, passou-se a utilizar a variação de emprego como indicador de crescimento real. Atualmente é o melhor indicador disponível, usado também nas Contas Nacionais, embora apresente uma limitação: quando o emprego é usado como indicador do crescimento real, considera-se, implicitamente como hipótese, que a produtividade média da mão-de-obra é constante.

Para a atividade de Construção Civil, além do consumo aparente de cimento, incluiu-se o de asfalto. O uso do cimento como único indicador físico desconsidera uma parte importante das obras viárias, que utilizam asfalto, pedra britada, trilhos, etc. e são uma parcela importante da atividade. Por isso, incluiu-se a informação do consumo aparente de asfalto no cálculo do índice de *quantum*. Nos índices de preço, procedeu-se a uma alteração coerente: para a parcela referente a obras viárias, foi usado o Índice de Preços de Obras Rodoviárias-Pavimentação da FGV e, para o restante, o Índice Pini, pesquisado e divulgado pela revista *A Construção - Região Sul*.

O índice de *quantum* utilizado para os Serviços Industriais de Utilidade Pública passou a ser a produção de energia elétrica, obtido do *Boletim Estatístico Anual*, das Centrais Elétricas do Sul (Eletrosul). Para os Transportes, o índice de *quantum* foi o consumo aparente de óleo diesel, obtido junto à Petrobrás. Para Comunicações, utilizou-se o número de ligações locais e interurbanas.

A seguir, apresenta-se um resumo das principais diferenças entre a metodologia aqui descrita e a anteriormente utilizada.

RESUMO DAS DIFERENÇAS ENTRE A NOVA METODOLOGIA E A ANTERIORMENTE UTILIZADA

ATIVIDADES	PROCEDIMENTOS	
	Metodologia Anterior	Nova Metodologia
AGROPECUÁRIA	Índices de <i>quantum</i> e preços de base móvel, não comparáveis com as Contas Nacionais; divulgação do resultado apenas para o total da atividade.	Índice de <i>quantum</i> de base fixa, comparável com as Contas Nacionais; divulgação desagregada para Produção Animal e Vegetal.
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL E DE TRANSFORMAÇÃO	Uso do VTI do Censo Industrial de 1980 como PIB da atividade; uso de fontes distintas para a evolução do valor nominal da série (VTI até 1981, Valor Agregado da SEFA até 1986, arrecadação de ICM); uso do consumo de energia elétrica como proxy do índice de <i>quantum</i> para alguns gêneros industriais.	Uso do Valor Adicionado como PIB da atividade; uso das informações de Valor Adicionado da SEFA para as estimativas a preços correntes; uso da PIM-PF do IBGE como indicador de crescimento real da atividade.
CONSTRUÇÃO	Estimativas correntes com base em informações de balanço de empresas e administrações públicas, deflacionadas para obtenção do índice de crescimento real até 1986; Índice de valor calculado a partir do consumo aparente de cimento e o índice de preços para edificações de 1986 em diante.	Estimativas unificadas para a série toda, com base no consumo aparente de cimento e asfalto e nos índices de preços para edificações (Índice PINI) e para obras rodoviárias - pavimentação (FGV).
SERVIÇOS INDUSTRIALIS DE UTILIDADE PÚBLICA - SIUP	O índice de crescimento real da atividade era calculado com base no consumo de energia elétrica.	O índice de crescimento real da atividade é baseado na produção de energia elétrica.
COMÉRCIO	Índices de <i>quantum</i> e preços de base móvel, não comparáveis com as Contas Nacionais.	Índice de <i>quantum</i> de base fixa, comparável com as Contas Nacionais.
TRANSPORTES	Não era divulgada como atividade independente, aparecendo junto com Comunicações; não eram calculados índices de crescimento real para a atividade.	Passa a ser divulgada independentemente, inclusive com o cálculo do crescimento real, baseado no consumo aparente de óleo diesel.
COMUNICAÇÕES	Não era divulgada como atividade independente, aparecendo junto com Transportes; não eram calculados índices de crescimento real para a atividade.	Passa a ser divulgada independentemente, inclusive com o cálculo do crescimento real, baseado no número de ligações locais e interurbanas.
ALUGUEL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	Informações correntes baseadas na variação do IPTU; não era calculado o crescimento real.	Informações correntes calculadas com base nos índices de preço e índice de <i>quantum</i> de aluguéis residenciais e não residenciais.
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E DE SEGUROS	Não era calculado o índice de crescimento real da atividade.	Índice de crescimento real baseado na variação do emprego, compatível com as Contas Nacionais.
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	Não era calculado o índice de crescimento real da atividade.	Índice de crescimento real baseado na variação do emprego.
SERVIÇOS	Não era calculado o índice de crescimento real da atividade.	Índice de crescimento real baseado na variação do emprego, exceto os serviços domésticos remunerados, baseado no crescimento populacional.

Análise de uma Contradição: a participação do PIB paranaense no PIB brasileiro

Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) paranaense, analisados *vis-à-vis* ao PIB brasileiro, dão origem a um resultado de difícil interpretação. Embora em termos reais o PIB estadual cresça mais que o PIB brasileiro, sua participação no total da economia nacional permanece estável. Como essa participação é o quociente entre os valores nominais dos PIBs, depreende-se que o problema está na variação de preços, que evolui mais lentamente no Paraná.

A participação do PIB paranaense (tomado como o Valor Adicionado das atividades econômicas) no PIB brasileiro em alguns anos selecionados é demonstrada a seguir.

PARTICIPAÇÃO DO PIB PARANAENSE NO PIB BRASILEIRO

Preços Correntes

ATIVIDADE	1980	1985	1990	1993	1994
TOTAL	5,5	5,7	5,9	6,3	5,7
Agropecuária	11,4	11,0	8,5	5,7	5,1
Indústria	4,1	4,2	5,0	5,3	5,3
Serviços	5,5	5,7	6,0	7,0	6,2

FONTE: IPARDES

PARTICIPAÇÃO DO PIB PARANAENSE NO PIB BRASILEIRO

Preços Constantes

ATIVIDADE	1980	1985	1990	1993
TOTAL	5,5	6,3	6,8	7,1
Agropecuária	11,4	11,9	10,4	10,1
Indústria	4,1	4,8	7,0	7,3
Serviços	5,5	6,0	5,7	6,1

FONTE: IPARDES

NOTA: Base 1980 = 100.

Analisando-se as duas tabelas, observa-se que a única classe de atividade a perder sistematicamente representatividade no total nacional foi a Agropecuária. Quando medida em termos correntes, essa queda é bastante significativa. Embora a variação de preços no Estado seja inferior à média nacional também para a Indústria, é na Agropecuária que esse fenômeno ocorre de maneira mais drástica, ou seja, a variação de preços dos produtos agropecuários paranaenses é significativamente inferior àquela verificada no resto do Brasil. Esse comportamento pode ser facilmente visualizado nos gráficos 12 e 13. Os deflatores¹¹ do PIB agropecuário e de seus componentes (Produção Vegetal e Animal) foram comparados com os Índices de Preços Recebidos pelos Agricultores (lavouras, produção animal e agropecuária) e com o Índice de Preços no Atacado - Produtos Agrícolas, ambos da FGV. Se o gráfico variasse em torno da unidade, os dois preços teriam a mesma evolução. Entretanto, observa-se uma queda nessa relação, especialmente para a produção vegetal, comprovando a avaliação anterior.

Contradicitoriamente, analisando-se a variação dos preços dos cinco principais produtos agrícolas do Paraná (soja, café, milho, trigo e feijão) em relação à variação dos preços desses produtos coletados pela FGV, o resultado é equilibrado, verificando-se períodos em que os resultados são mais favoráveis à lavoura paranaense em relação ao resto do Brasil e vice-versa (gráficos 14 e 15).

Todavia, não é apenas em relação ao total do Brasil que a atividade Agropecuária perde representatividade. Analisando-se a estrutura do PIB das atividades no Estado, nota-se também a significativa diminuição do seu peso no total. A participação, medida em valores correntes, passa de 20,9% em 1980 para 11,7% em 1994. Quando medida em valores constantes, esses resultados são 20,9% e 16,3% para 1980 e 1994, respectivamente.

Novamente, a variação de preços da atividade é inferior à variação dos preços do restante da economia. Os gráficos 16, 17 e 18 confirmam esse comportamento. Foram comparados os deflatores implícitos das atividades industriais que

processam matérias-primas de origem agropecuária (indústrias da madeira, papel e celulose, couros e peles, têxtil, produtos alimentares e bebidas).¹² Com exceção da Indústria da Madeira e Papel e Papelão, os demais preços tiveram evolução superior aos preços da atividade agropecuária.

Como explicar esse fenômeno? Seriam os ganhos de produtividade na lavoura paranaense tão colossais que os preços poderiam cair permanentemente, em termos relativos, sem sufocar o produtor? Pouco provável. A modernização na agropecuária estadual ocorreu principalmente na década de 70, quando houve aumento expressivo na produtividade.

Diferenças dessa ordem têm, com maiores probabilidades, razões metodológicas e estatísticas. O preço médio anual da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE leva em conta basicamente a situação da produção, isto é, a safra. Já o preço médio do Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, considera a comercialização do produto, embora fora do período da safra esse preço não necessariamente represente condições normais de oferta e demanda.

No índice da FGV, embora a coleta refira-se ao produto na porteira da fazenda, o cálculo do índice

[...] simula a mudança na estrutura dos pesos, excluindo-se os itens para os quais não se consegue coletar informações dos preços respectivos. O mesmo resultado seria obtido, vale lembrar, se atribuisse aos itens ausentes da coleta a variação média dos demais itens presentes na pesquisa. Tal metodologia significa, em outras palavras, que o índice estará sendo sempre calculado com base nos itens cuja comercialização esteja ocorrendo de fato, redistribuindo-se, em cada período, a estrutura de pesos.¹³

Esse procedimento explicaria o fato de os índices para os produtos específicos terem comportamento mais uniforme, com as relações entre eles variando em torno da unidade.

Outra forte razão é a inflação. Altas taxas de inflação distorcem a noção de média, sejam mensais ou, principalmente, anuais. Assim, pequenas alterações na sazonalidade de um produ-

to ou região distorcem enormemente a comparação de médias. A postergação de um mês na colheita, com altas taxas de inflação, faz com que a variação desse ano em relação ao anterior, comparando-se os valores médios anuais, seja superior ao esperado, e vice-versa.

Essas questões merecem uma discussão mais aprofundada, não obstante alguns aspectos sejam de difícil correção. Em situações normais, os diferentes índices de preço respondem a questões específicas, sejam elas setoriais, geográficas, sócio-demográficas, etc. As altas taxas de inflação trouxeram consigo uma vulgarização dos índices de preço, ainda que sob pena de distorções na sua interpretação. Os índices de preço usados no cálculo da atividade agropecuária no PIB estadual e do Brasil são distintos em relação ao fenômeno que mensuram. A comparação dos resultados deve ser feita sempre de forma cuidadosa. Ambos estão corretos em sua formulação, embora produzam resultados diferentes entre si.

Conclusões

Ainda que represente um avanço em relação aos procedimentos anteriormente aplicados para o cálculo do PIB, esta nova metodologia ainda apresenta restrições. A principal refere-se ao tratamento das Instituições Financeiras na Conta de Produção. O tratamento das Instituições Financeiras nas Contas Nacionais, e consequentemente nas Contas Regionais, é bastante distinto do dispensado às demais atividades. A principal função dessas instituições é a intermediação financeira, pela qual elas não se remune-

ram diretamente, via cobrança de taxas. Como receita de serviços, considera-se apenas o fornecimento de serviços específicos, tais como locação de cofres, cobranças, etc. Caso apenas esses valores fossem considerados como Produção, certamente o Valor Adicionado da atividade seria negativo, sendo um resultado de difícil interpretação.

A remuneração dessas instituições corresponde, na verdade, à diferença entre os juros recebidos (exclusive os de fundos próprios) e os juros pagos. Por convenção, esse valor foi considerado como Valor de Produção e obteve a denominação de Serviços Financeiros Imputados. Para o total da economia, deduz-se esse valor, de forma que não haja alterações no total do Valor Adicionado calculado.

A mensuração dessa atividade apresenta problemas de ordem conceitual e metodológica e isso não ocorre somente para estimativas regionais. Tanto a definição do Valor da Produção da atividade, com a imputação do Valor dos Serviços Financeiros, quanto a definição de juros (reais, nominais, etc.) afetam o tratamento da atividade, com consequências sobre a estrutura produtiva mensurada em cada Estado.

A solução adotada nesta metodologia resolve tão-somente o problema imediato de divulgação de resultados coerentes e comparáveis com as Contas Nacionais, sendo necessário ainda um maior aprofundamento metodológico, que deve necessariamente ser buscado em conjunto com os demais organismos estaduais de estatística e o IBGE.

Resultados do PIB Paranaense - Série 1980-94

As unidades monetárias foram convertidas para uma mesma representação, de forma a se poder contar com séries na mesma unidade monetária. Assim, um real (R\$ 1,00) corresponde a dois mil e setecentos e cinqüenta cruzeiros reais (CR\$ 2.750,00); um cruzeiro real (Cr\$ 1,00) corresponde a mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00); um cruzeiro (Cr\$ 1,00) corresponde a mil cruzados novos (Ncz\$ 1.000,00); um cruzado novo (Ncz\$ 1,00) a mil cruzados (Cz\$ 1.000,00); e, finalmente, um cruzado (Cz\$ 1,00) corresponde a mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00).

As tabelas em valores correntes estão apresentadas em duas unidades de valor: Cr\$ 1.000,00 em moeda equivalente de 1980 e R\$ 1,00 em moeda equivalente de 1994. A relação entre as duas unidades monetárias é tal que Cr\$ 1.000,00 é igual a R\$ 2.750.000.000,00 (para converter a série em mil cruzeiros de 1980 para a representação em um real, deve-se dividí-la por 2.750.000.000). Essa mudança de representação

não significa uma conversão de valores a preços constantes, mas apenas uma mudança de representação.

Esse mesmo procedimento foi adotado pelo IBGE para as Contas Nacionais. Da mesma forma, as demonstrações contábeis, a partir da instituição do Real, em 1º de junho de 1994 (Lei 8.880/94 de 27 de maio de 1994 e Medida Provisória 851/95 de 20 de janeiro de 1995), como nova unidade monetária nacional, tiveram seus saldos contábeis e resultados de transações realizadas até aquela data, convertidos pela relação de um real (R\$ 1,00), correspondendo a dois mil e setecentos e cinqüenta cruzeiros reais (Cr\$ 2.750,00).

A seguir, apresentam-se as tabelas e os gráficos referentes aos resultados do PIB Paranaense - série 1980-94.

NOTAS

¹INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Produto Interno Bruto do Paraná 1980-1994: nova metodologia*. Curitiba: IPARDES, 1995. No prelo.

²Ver OFICINA ESTADÍSTICA DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. *Sistema europeu de contas econômicas integradas SEC*. 2. ed. Luxemburgo: EUROSTAT, 1990. p. 21-23.

³UNITED NATIONS. *A system of national accounts*. New York, 1968. (Studies in methods, serie F, n.2, rev.3).

⁴Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: novo sistema de contas nacionais : metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. (Textos para discussão, 10).

⁵Ver IBGE, *Brasil: novo sistema...*, p.119-120.

⁶Para maiores detalhes sobre valoração e o cálculo dos saldos macroeconômicos, ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de contas nacionais consolidadas*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 81p. (Relatórios metodológicos, 8). p.13-16.

⁷Na Matriz de Insumo-Produto brasileira de 1980, a relação entre subsídios a produtos e impostos sobre produtos era de 0,106 (o montante de subsídios a produtos representava 10,6% dos impostos sobre produtos).

⁸Ver por exemplo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno bruto trimestral : metodologia e resultados 1980-89*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. (Relatórios metodológicos, 9)

⁹INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Produto Interno bruto do Paraná 1970-87*. Curitiba: IPARDES, 1988. 66p.

¹⁰Quando a responsabilidade pelo cálculo das Contas Nacionais passou ao IBGE, em 1986, foi feito o ajuste correspondente. Os novos procedimentos adotados para o cálculo do PIB regional do Estado igualaram as metodologias regional e nacional.

¹¹Embora os deflatores sejam índices do tipo Paasche, procedeu-se ao encadeamento para permitir uma melhor análise do problema.

¹²Não foi considerada a indústria do Fumo pela sua baixa representatividade no total.

¹³MONTEIRO, Maria José Cyhlar (Coord.) *Revisão da metodologia de cálculo dos índices setoriais agrícolas : índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais (IPP) e Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais (IPR)*. Brasília: IPEA, 1994. (Estudos de política agrícola. Documentos de trabalho, 20).

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E PER CAPITA, NO PARANÁ - 1980-1994

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Valores Correntes (R\$ 1,00 de 1994)					
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	0,245	0,498	0,981	2,328	7,56
Menos Imputação Serviços Financeiros	0,015	0,028	0,054	0,127	0,46
PIB a Custo de Fatores	0,230	0,470	0,927	2,201	7,10
Impostos Indiretos	0,018	0,036	0,078	0,249	0,56
PIB a Preços de Mercado	0,248	0,507	1,005	2,451	7,66
População Residente (nº de habitantes)	7 629 392	7 649 617	7 680 856	7 723 199	7 776 314
Deflator Implícito (variação anual %)	-	94,7	97,2	144,4	203,2
PIB Per Capita					
Valores Correntes (R\$ 1,00 de 1994)					
PIB a Custo de Fatores Per Capita	0,000000030	0,000000062	0,000000121	0,000000285	0,000000913
PIB a Custo de Mercado Per Capita	0,000000033	0,000000066	0,000000131	0,000000317	0,000000985
Valores Constantes (R\$ 1,00 de 1994)					
PIB a Preços de Mercado Per Capita	1498,75	1 571,86	1 586,28	1 617,23	1 594,81
Variação Anual (%)	-	4,9	0,9	2,0	-1,4
ESPECIFICAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989
Valores Correntes (R\$ 1,00 de 1994)					
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	27,63	71,89	233,62	1 820,56	26 223,40
Menos Imputação Serviços Financeiros	1,37	4,03	16,63	198,19	2 875,47
PIB a Custo de Fatores	26,26	67,86	217,00	1 622,37	23 347,93
Impostos Indiretos	2,09	6,51	19,11	122,10	1 294,93
PIB a Preços de Mercado	28,36	74,37	236,10	1744,47	24 642,86
População Residente (nº de habitantes)	7 840 293	7 914 855	7 999 989	8 095 887	8 202 543
Deflator Implícito (variação anual %)	233,3	147,8	187,9	638,7	1 275,0
PIB Per Capita					
Valores Correntes					
PIB a Custo de Fatores Per Capita	0,000003350	0,000008573	0,000027125	0,000200394	0,002846
PIB a Preços de Mercado Per Capita	0,000003617	0,000009396	0,000029513	0,000215477	0,003004
Valores Constantes (R\$ 1,00 de 1994)					
PIB a Preços de Mercado Per Capita	1 779,02	1 879,79	2 003,40	1 877,34	1 867,35
Variação Anual (%)	11,6	5,7	6,6	-6,3	-0,5
ESPECIFICAÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994
Valores Correntes (R\$ 1,00 de 1994)					
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	630 360	3 134 682	34 017 731	850 443 832	18 825 214 279
Menos Imputação Serviços Financeiros	76 082	427 199	5 184 883	146 850 878	1 784 690 268
PIB a Custo de Fatores	554 278	2 707 483	28 832 848	703 592 954	17 040 524 011
Impostos Indiretos	48 489	218 750	2 245 884	51 572 629	1 275 326 049
PIB a Preços de Mercado	602 767	2 926 233	31 078 732	755 165 582	18 315 850 060
População Residente (nº de habitantes)	8 320 094	8 448 713	8 538 355	8 636 012	8 740 287
Deflator Implícito (variação anual %)	2 371,5	402,8	940,8	2 104,2	2 159,5
PIB Per Capita					
Valores Correntes					
PIB a Custo de Fatores Per Capita	0,066619	0,32	3,38	81,47	1949,65
PIB a Preços de Mercado Per Capita	0,072447	0,35	3,64	87,44	2 095,57
Valores Constantes (R\$ 1,00 de 1994)					
PIB a Preços de Mercado Per Capita	1853,81	1 720,71	1 700,25	1801,18	2 095,57
Variação Anual (%)	-0,7	-7,2	-1,2	5,9	16,3

FONTE: IPARDES

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO E RELAÇÃO DAS RENDAS PER CAPITA - 1980-1994

ESPECIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1980	1981	1982	1983	1984
Valores Correntes					
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	5,5	5,8	5,6	5,8	5,8
Menos Imputação Serviços Financeiros	4,6	3,3	3,1	2,6	3,0
PIB a Custo de Fatores	5,6	6,0	5,9	6,2	6,2
Impostos Indiretos	4,1	4,0	4,2	5,8	4,5
PIB a Preços de Mercado	5,5	5,8	5,7	6,2	6,1
População Residente	6,4	6,3	6,2	6,1	6,0
PIB Per Capita					
Valores Correntes					
PIB a Custo de Fatores Per Capita	80,8	86,1	85,0	89,3	91,2
PIB a Preços de Mercado Per Capita	84,8	91,9	91,6	101,0	100,7
Valores Constantes					
PIB a Preços de Mercado Per Capita	84,8	95,0	97,2	104,3	99,6
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	5,5	6,1	6,0	6,2	6,1
ESPECIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Valores Correntes					
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	5,7	5,9	5,6	5,9	5,4
Menos Imputação Serviços Financeiros	2,4	4,5	2,9	4,5	2,8
PIB a Custo de Fatores	6,1	6,0	6,0	6,2	6,1
Impostos Indiretos	4,6	4,4	4,6	4,0	3,2
PIB a Preços de Mercado	6,0	5,8	5,8	5,9	5,8
População Residente	5,9	5,9	5,8	5,8	5,8
PIB Per Capita					
Valores Correntes					
PIB a Custo de Fatores Per Capita	90,5	94,8	88,8	91,1	83,2
PIB a Preços de Mercado Per Capita	100,4	99,3	100,3	102,6	100,5
Valores Constantes					
PIB a Preços de Mercado Per Capita	105,2	105,5	110,7	105,8	103,8
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	6,3	6,2	6,6	6,6	6,5
ESPECIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Valores Correntes					
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	5,9	5,7	5,7	6,3	5,7
Menos Imputação Serviços Financeiros	5,8	10,0	9,7	11,9	8,2
PIB a Custo de Fatores	5,9	5,4	5,3	5,7	5,6
Impostos Indiretos	3,3	3,3	3,1	2,9	2,3
PIB a Preços de Mercado	5,5	5,1	5,0	5,4	5,1
População Residente	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7
PIB Per Capita					
Valores Correntes					
PIB a Custo de Fatores Per Capita	89,8	86,2	84,2	91,4	91,4
PIB a Preços de Mercado Per Capita	96,2	89,2	87,9	94,4	89,3
Valores Constantes					
PIB a Preços de Mercado Per Capita	109,6	103,2	104,3	107,7	120,3
Valor Adicionado das Atividades a Custo de Fatores	6,8	6,5	6,7	7,1	7,2

FONTE: IPARDES

TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980-1994

Preços Correntes

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ 1,00 de 1994)				
	1980	1981	1982	1983	1984
Agropecuária	0,051	0,10	0,17	0,45	1,56
Produção Vegetal	0,038	0,08	0,12	0,31	1,10
Produção Animal	0,013	0,02	0,05	0,14	0,46
Indústria	0,074	0,15	0,31	0,72	2,30
Extrativa Mineral e Transformação	0,056	0,11	0,23	0,58	1,88
Construção Civil	0,015	0,03	0,06	0,10	0,29
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	0,004	0,01	0,02	0,04	0,13
Serviços	0,119	0,24	0,50	1,16	3,70
Comércio	0,037	0,07	0,16	0,38	1,32
Intermediários Financeiros	0,016	0,03	0,06	0,14	0,49
Comunicações	0,002	0,00	0,01	0,02	0,07
Transportes	0,009	0,02	0,04	0,11	0,37
Aluguéis	0,016	0,03	0,05	0,10	0,25
Outros Serviços	0,028	0,06	0,13	0,26	0,78
Administrações Públicas	0,012	0,03	0,06	0,14	0,41
TOTAL GERAL	0,245	0,50	0,98	2,33	7,56
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ 1,00 de 1994)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Agropecuária	5,99	13,76	41,11	269,24	3 700,27
Produção Vegetal	4,47	9,85	29,44	173,09	2 158,68
Produção Animal	1,51	3,92	11,67	96,16	1 541,59
Indústria	8,63	22,79	78,90	637,31	9 168,77
Extrativa Mineral e Transformação	7,02	18,01	60,34	489,85	7 137,92
Construção Civil	1,13	3,70	13,36	101,44	1 407,88
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	0,48	1,09	5,20	46,02	622,97
Serviços	13,02	35,33	113,62	914,01	13 354,35
Comércio	4,82	12,52	36,80	270,70	3 551,19
Intermediários Financeiros	1,47	4,32	17,85	212,74	3 086,51
Comunicações	0,23	0,47	2,04	18,54	295,86
Transportes	1,39	4,15	14,78	98,12	1 611,06
Aluguéis	0,69	1,59	6,41	43,49	553,25
Outros Serviços	2,88	7,50	20,89	168,68	2 637,38
Administrações Públicas	1,54	4,77	14,87	101,73	1 619,11
TOTAL GERAL	27,63	71,89	233,62	1 820,56	26 223,40
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ 1,00 de 1994)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Agropecuária	92 440,39	386 909	4 120 169	86 700 113	2 187 801 860
Produção Vegetal	59 750,61	230 216	2 821 024	57 656 886	1 432 523 497
Produção Animal	32 689,77	156 693	1 299 145	29 043 227	755 278 362
Indústria	199 185,97	992 676	9 871 932	250 221 130	6 013 243 238
Extrativa Mineral e Transformação	149 002,48	738 052	6 963 692	150 586 888	4 114 974 346
Construção Civil	32 531,20	162 840	1 746 861	44 980 518	1 132 384 188
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	17 652,29	91 783	1 161 379	54 653 724	765 884 704
Serviços	338 734,10	1 755 097	20 025 631	513 522 588	10 624 169 181
Comércio	86 988,57	427 099	4 629 785	130 228 441	3 482 580 596
Intermediários Financeiros	81 666,29	458 553	5 565 425	157 628 924	1 915 676 709
Comunicações	7 599,06	38 260	494 286	13 564 133	271 780 256
Transportes	39 352,33	153 919	1 611 589	41 376 651	826 240 585
Aluguéis	24 388,22	180 628	2 197 413	47 931 260	1 037 136 882
Outros Serviços	50 903,64	258 858	2 846 343	66 089 193	1 648 884 019
Administrações Públicas	47 835,99	237 780	2 680 790	56 703 986	1 441 870 134
TOTAL GERAL	630 360,46	3 134 682	34 017 731	850 443 832	18 825 214 279

FONTE: IPARDES

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE NO PIB TOTAL DO PARANÁ - 1980-1994

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	Preços Correntes				
	1980	1981	1982	1983	1984
Agropecuária	20,9	20,7	17,2	19,1	20,6
Produção Vegetal	15,4	15,9	12,1	13,2	14,5
Produção Animal	5,5	4,8	5,2	6,0	6,1
Indústria	30,4	30,2	31,5	31,1	30,5
Extrativa Mineral e Transformação	22,9	22,6	23,8	24,9	24,9
Construção	6,1	5,9	5,9	4,5	3,9
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	1,4	1,7	1,8	1,7	1,7
Serviços	48,7	49,1	51,3	49,8	48,9
Comércio	15,0	14,7	16,0	16,4	17,5
Intermediários Financeiros	6,4	6,0	5,9	5,9	6,5
Comunicações	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9
Transportes	3,9	3,8	4,1	4,9	4,9
Aluguéis	6,4	5,3	5,2	4,4	3,3
Outros Serviços	11,4	12,0	12,8	11,4	10,4
Administrações Públicas	4,8	6,2	6,2	5,9	5,5
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Agropecuária	21,7	19,1	17,6	14,8	14,1
Produção Vegetal	16,2	13,7	12,6	9,5	8,2
Produção Animal	5,5	5,4	5,0	5,3	5,9
Indústria	31,2	31,7	33,8	35,0	35,0
Extrativa Mineral e Transformação	25,4	25,0	25,8	26,9	27,2
Construção	4,1	5,1	5,7	5,6	5,4
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	1,7	1,5	2,2	2,5	2,4
Serviços	47,1	49,1	48,6	50,2	50,9
Comércio	17,4	17,4	15,8	14,9	13,5
Intermediários Financeiros	5,3	6,0	7,6	11,7	11,8
Comunicações	0,8	0,7	0,9	1,0	1,1
Transportes	5,0	5,8	6,3	5,4	6,1
Aluguéis	2,5	2,2	2,7	2,4	2,1
Outros Serviços	10,4	10,4	8,9	9,3	10,1
Administrações Públicas	5,6	6,6	6,4	5,6	6,2
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Agropecuária	14,7	12,4	12,1	10,2	11,7
Produção Vegetal	9,5	7,3	8,3	6,8	7,6
Produção Animal	5,2	5,0	3,8	3,4	4,0
Indústria	31,6	31,7	29,0	29,4	31,9
Extrativa Mineral e Transformação	23,6	23,5	20,5	17,7	21,8
Construção	5,2	5,2	5,1	5,3	6,0
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	2,8	2,9	3,4	6,4	4,1
Serviços	53,7	56,0	58,9	60,4	56,4
Comércio	13,8	13,6	13,6	15,3	18,5
Intermediários Financeiros	13,0	14,6	16,4	18,5	10,2
Comunicação	1,2	1,2	1,5	1,6	1,4
Transportes	6,2	4,9	4,7	4,9	4,4
Aluguéis	3,9	5,8	6,5	5,6	5,5
Outros Serviços	8,1	8,3	8,4	7,8	8,7
Administrações Públicas	7,6	7,6	7,9	6,7	7,7
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES

TABELA 5 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980-1994

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)				
	1980	1981	1982	1983	1984
Agropecuária	-	10,8	-10,8	7,0	-5,0
Produção Vegetal	-	10,7	-19,7	10,3	-4,0
Produção Animal	-	10,9	14,2	0,5	-7,1
Indústria	-	3,4	2,5	-3,8	5,2
Extrativa Mineral e Transformação	-	2,4	2,7	-3,2	3,2
Construção	-	-2,6	0,2	-17,6	-4,6
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	-	44,3	6,6	27,2	38,6
Serviços	-	2,6	3,8	0,4	5,3
Comércio	-	-0,4	1,4	-4,3	3,7
Intermediários Financeiros	-	4,4	11,1	10,7	7,3
Comunicações	-	21,1	19,5	13,5	12,5
Transportes	-	0,1	-5,7	-0,2	2,8
Aluguéis	-	1,5	2,6	1,4	2,6
Outros Serviços	-	4,2	5,1	-1,7	7,7
Administrações Públicas	-	5,7	3,3	0,7	4,4
TOTAL GERAL	-	4,5	0,2	0,4	3,1
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Agropecuária	25,0	-17,6	36,7	-8,0	-3,6
Produção Vegetal	25,0	-24,8	50,8	-15,2	3,2
Produção Animal	25,0	-1,3	12,8	8,3	-15,8
Indústria	8,3	18,3	11,5	2,9	7,0
Extrativa Mineral e Transformação	9,3	7,6	2,6	4,7	3,9
Construção	9,6	27,1	7,5	0,9	-3,7
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	0,4	78,6	50,9	-0,6	23,2
Serviços	7,9	6,9	2,2	2,5	2,0
Comércio	13,0	8,9	4,6	-2,4	3,1
Intermediários Financeiros	5,0	-4,1	-16,3	11,4	2,2
Comunicações	17,8	18,3	10,4	7,8	7,1
Transportes	-0,9	16,4	-0,3	-2,5	3,4
Aluguéis	3,4	3,7	2,4	2,3	3,4
Outros Serviços	9,0	9,0	7,9	4,6	4,1
Administrações Públicas	5,5	7,7	5,7	2,7	-11,1
TOTAL GERAL	11,3	4,9	11,2	0,4	2,6
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Agropecuária	-8,0	1,9	0,2	2,0	8,1
Produção Vegetal	-18,0	1,3	1,9	2,6	12,1
Produção Animal	13,7	2,9	-2,3	0,9	1,6
Indústria	4,1	-6,7	-2,0	14,6	9,2
Extrativa Mineral e Transformação	-1,4	-8,4	-1,7	12,2	9,4
Construção	4,5	3,4	-8,0	24,1	0,3
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	17,4	-7,9	0,4	15,0	13,2
Serviços	-2,8	-3,2	4,5	10,7	3,9
Comércio	0,1	-8,5	13,4	29,3	7,1
Intermediários Financeiros	-6,8	-3,2	-3,5	0,8	1,8
Comunicações	3,8	11,1	8,3	10,6	6,6
Transportes	-0,9	-17,1	32,2	6,0	3,6
Aluguéis	1,8	1,5	3,0	4,2	3,3
Outros Serviços	-7,8	-1,2	-3,4	0,9	1,8
Administrações Públicas	-1,4	4,5	-5,4	-0,2	-2,6
TOTAL GERAL	-1,3	-3,7	1,4	10,5	6,5

FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa calculada em relação ao ano anterior.

TABELA 6.A - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE - 1980-1994

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)					Preços Correntes
	1980	1981	1982	1983	1984	
Agropecuária	11,4	11,8	11,0	10,1	9,9	
Indústria	4,1	4,3	4,3	4,6	4,4	
Extrativa Mineral e Transformação	3,9	4,2	4,1	4,7	4,4	
Construção	4,9	4,7	4,7	4,3	4,0	
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	4,4	5,6	4,9	4,8	4,3	
Serviços	5,5	5,7	5,7	5,7	6,1	
Comércio	7,6	8,3	9,0	10,1	11,5	
Intermediários Financeiros	4,6	3,4	3,3	2,8	3,2	
Comunicações	5,4	5,3	5,2	5,0	5,0	
Transportes	5,7	5,5	5,4	6,7	6,9	
Aluguéis	5,0	5,1	5,0	4,9	4,8	
Outros Serviços	5,2	5,9	6,2	5,8	5,4	
Administrações Públicas	4,1	5,4	4,7	4,9	5,2	
TOTAL GERAL⁽¹⁾	5,5	5,8	5,6	5,8	5,8	
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)					
	1985	1986	1987	1988	1989	
Agropecuária	11,0	10,1	10,5	9,0	9,8	
Indústria	4,2	4,3	4,6	5,2	5,1	
Extrativa Mineral e Transformação	4,1	4,3	4,7	5,2	5,4	
Construção	4,2	4,5	4,4	4,7	3,8	
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	4,6	3,9	4,2	5,8	6,1	
Serviços	5,7	6,4	5,5	5,9	4,9	
Comércio	11,6	12,2	12,1	11,8	10,8	
Intermediários Financeiros	2,6	4,6	3,0	4,8	3,0	
Comunicações	4,6	4,5	5,2	5,5	5,4	
Transportes	7,1	8,4	9,3	8,2	9,0	
Aluguéis	4,3	2,9	2,7	3,4	3,8	
Outros Serviços	5,4	5,4	4,8	4,9	4,9	
Administrações Públicas	4,4	4,9	4,6	4,1	- 3,6	
TOTAL GERAL⁽¹⁾	5,7	5,9	5,6	5,9	5,4	
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994 ⁽²⁾	
Agropecuária	8,5	6,7	6,2	5,7	5,1	
Indústria	5,0	5,1	4,7	5,3	5,3	
Extrativa Mineral e Transformação	5,1	5,2	4,7	4,6	...	
Construção	4,3	4,6	4,5	5,0	...	
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	5,9	5,0	5,4	10,7	...	
Serviços	6,0	6,0	6,2	7,0	6,2	
Comércio	11,5	11,2	11,3	14,0	...	
Intermediários Financeiros	6,4	10,6	10,4	13,2	...	
Comunicações	5,4	6,2	6,7	6,4	...	
Transportes	9,6	7,8	7,3	7,5	...	
Aluguéis	4,1	2,9	4,1	5,6	...	
Outros Serviços	4,0	3,6	3,4	3,0	...	
Administrações Públicas	3,9	4,5	4,4	4,2	...	
TOTAL GERAL⁽¹⁾	5,9	5,7	5,7	6,3	5,7	

FONTE: IPARDES

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) O total geral inclui a Imputação de Serviços Financeiros.

(2) Resultados preliminares para o Brasil.

TABELA 6.B - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE - 1980-1994

Preços Constantes

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1980	1981	1982	1983	1984
Agropecuária	11,4	11,7	10,5	11,3	10,4
Indústria	4,1	4,7	4,8	4,9	4,8
Extrativa Mineral e Transformação	3,9	4,5	4,6	4,4	4,6
Construção	4,9	5,1	5,2	5,1	4,9
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	4,4	6,2	6,2	7,3	9,1
Serviços	5,5	5,8	6,0	5,9	5,9
Comércio	7,6	8,2	8,5	8,1	8,1
Intermediários Financeiros	4,6	4,5	4,8	5,0	5,0
Comunicações	5,4	5,8	5,9	6,0	6,0
Transportes	5,7	5,8	5,4	5,5	5,4
Aluguéis ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
Outros Serviços	5,2	5,7	5,9	6,0	6,2
Administrações Públicas	4,1	4,2	4,3	4,2	4,3
TOTAL GERAL⁽²⁾	5,5	6,1	6,0	6,2	6,1
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Agropecuária	11,9	10,7	12,7	11,6	10,8
Indústria	4,8	5,1	5,6	6,0	6,2
Extrativa Mineral e Transformação	5,0	5,4	5,5	5,8	6,0
Construção	5,0	5,4	5,8	6,0	5,7
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	8,2	13,6	19,9	18,7	22,6
Serviços	6,0	6,0	5,9	5,8	5,7
Comércio	8,4	9,0	8,8	8,5	8,6
Intermediários Financeiros	4,8	4,7	4,1	4,6	4,6
Comunicações	6,0	5,9	6,0	5,8	5,3
Transportes	5,1	5,3	5,1	4,7	4,8
Aluguéis ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
Outros Serviços	6,2	6,2	6,4	6,4	6,5
Administrações Públicas	4,5	4,7	4,9	4,9	4,3
TOTAL GERAL⁽²⁾	6,3	6,2	6,6	6,6	6,5
CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1990	1991	1992	1993	1994 ⁽³⁾
Agropecuária	10,4	10,3	9,8	10,1	...
Indústria	7,0	6,7	6,8	7,3	...
Extrativa Mineral e Transformação	5,9	5,4	5,3	6,0	...
Construção	6,5	7,0	6,9	8,2	...
Serviços Ind. e de Utilidade Pública	26,1	23,0	22,8	25,3	...
Serviços	5,7	5,4	5,8	6,1	...
Comércio	9,5	8,9	10,7	12,8	...
Intermediários Financeiros	4,4	4,6	4,7	4,8	...
Comunicações	5,0	4,6	4,8	4,8	...
Transportes	4,9	4,0	5,1	5,2	...
Aluguéis ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
Outros Serviços	5,4	5,4	5,3	5,3	...
Administrações Públicas	4,2	4,3	4,0	3,9	...
TOTAL GERAL⁽²⁾	6,8	6,5	6,7	7,1	0,07215289

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base 1980 = 100.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) O Valor Adicionado a preços constantes dessa atividade não é calculado nas Contas Nacionais.

(2) O total geral inclui a imputação de Serviços Financeiros.

(3) Refere-se a resultados preliminares, com base no PIB trimestral para o Brasil.

TABELA 7 - PRODUTO INTERNO BRUTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980-1994

GÊNEROS DE ATIVIDADE	PIB (Preços correntes em R\$ 1,00 de 1994)				
	1980	1981	1982	1983	1984
Extrativa Mineral	0,00035	0,00077	0,00255	0,00330	0,01330
Beneficiamento de Minerais Não-Metálicos	0,00408	0,00742	0,01592	0,03117	0,08827
Metalurgia	0,00171	0,00295	0,00919	0,01745	0,05791
Mecânica	0,00224	0,00529	0,01202	0,02709	0,08540
Material Elétrico e de Comunicações	0,00190	0,00497	0,01126	0,02848	0,10148
Material de Transportes	0,00110	0,00300	0,00642	0,02116	0,09069
Madeira	0,00844	0,01133	0,02327	0,04617	0,13731
Mobiliário	0,00203	0,00370	0,00822	0,01685	0,04831
Papel e Papelão	0,00314	0,00523	0,01058	0,02739	0,10518
Borracha	0,00027	0,00053	0,00125	0,00235	0,00722
Couros e Peles	0,00021	0,00037	0,00135	0,00536	0,01745
Química	0,01071	0,02611	0,04928	0,11613	0,36744
Farmacêutica	0,00008	0,00018	0,00033	0,00092	0,00291
Perfumaria, Sabões e Velas	0,00012	0,00021	0,00042	0,00081	0,00424
Produtos de Matéria Plástica	0,00078	0,00142	0,00364	0,00806	0,02783
Indústria Têxtil	0,00280	0,00471	0,01043	0,02922	0,08124
Vestuário	0,00065	0,00109	0,00253	0,00551	0,02080
Produtos Alimentares	0,01243	0,02687	0,04975	0,15703	0,51440
Bebidas	0,00064	0,00136	0,00362	0,00872	0,02622
Fumo	0,00019	0,00058	0,00148	0,00341	0,00899
Editorial e Gráfica	0,00066	0,00144	0,00300	0,00702	0,01931
Diversas	0,00045	0,00120	0,00265	0,00625	0,02449
Total	0,05497	0,11074	0,22916	0,56988	1,85038
Autônomos	0,00102	0,00205	0,00425	0,01056	0,03428
TOTAL GERAL	0,05599	0,11280	0,23340	0,58043	1,88466

GÊNEROS DE ATIVIDADE	PIB (Preços correntes em R\$ 1,00 de 1994)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa Mineral	0,05823	0,16170	0,63	4,97	123,16
Beneficiamento de Minerais Não-Metálicos	0,38061	0,96234	3,69	30,04	433,26
Metalurgia	0,20902	0,57965	3,03	19,70	265,82
Mecânica	0,38229	1,15660	3,70	32,13	456,35
Material Elétrico e de Comunicações	0,41649	0,88604	3,31	34,36	577,06
Material de Transportes	0,38447	1,15262	5,26	46,98	696,01
Madeira	0,60876	1,53257	4,89	34,58	522,48
Mobiliário	0,21566	0,68013	2,00	15,69	279,33
Papel e Papelão	0,42201	1,03062	4,20	37,56	515,06
Borracha	0,02338	0,06626	0,35	2,16	25,18
Couros e Peles	0,06880	0,19580	0,71	6,87	122,37
Química	1,32556	3,06775	8,26	60,91	817,49
Farmacêutica	0,00846	0,02418	0,12	0,47	7,49
Perfumaria, Sabões e Velas	0,01311	0,04190	0,27	2,23	36,28
Produtos de Matéria Plástica	0,10836	0,31349	1,21	8,71	159,13
Indústria Têxtil	0,33055	0,81494	3,65	31,44	424,89
Vestuário	0,09897	0,32039	1,10	10,80	200,98
Produtos Alimentares	1,53941	3,88619	9,62	69,96	863,43
Bebidas	0,09283	0,23022	0,74	5,72	99,88
Fumo	0,02774	0,09435	0,32	2,03	28,31
Editorial e Gráfica	0,07791	0,22460	1,05	8,04	177,07
Diversas	0,09891	0,25727	1,11	15,59	177,06
Total	6,89153	17,67962	59,24	480,94	7 008,09
Autônomos	0,12768	0,32755	1,10	8,91	129,83
TOTAL GERAL	7,01921	18,00718	60,34	489,85	7 137,92

continua

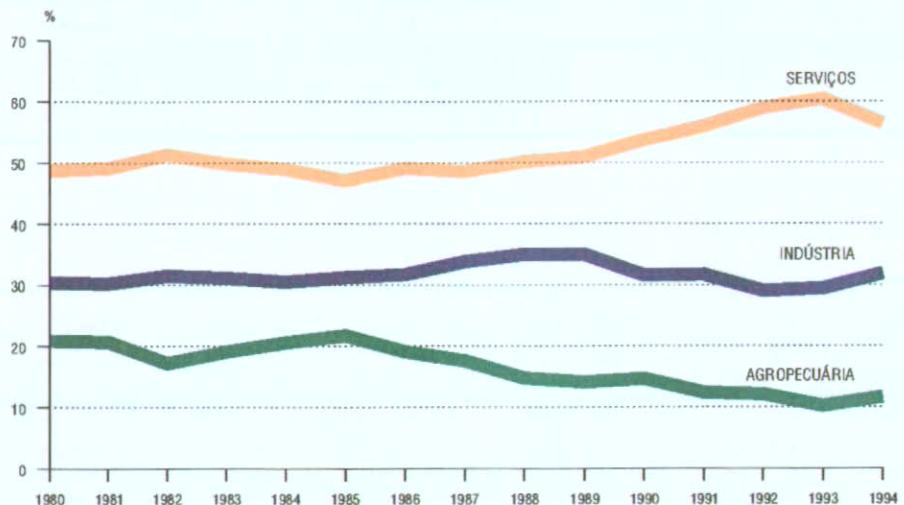
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB DA INDÚSTRIA, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980-1994

Preços Correntes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	PIB (%)														
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Extrativa Mineral	0,6	0,7	1,1	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	1,0	1,7	1,8	1,6	1,5	1,6	1,3
Beneficiamento de Minerais Não-Metálicos	7,3	6,6	6,8	5,4	4,7	5,4	5,3	6,1	6,1	6,1	4,9	5,3	6,8	4,2	4,7
Metalurgia	3,1	2,6	3,9	3,0	3,1	3,0	3,2	5,0	4,0	3,7	3,9	3,5	2,5	2,3	2,7
Mecânica	4,0	4,7	5,2	4,7	4,5	5,4	6,4	6,1	6,6	6,4	6,5	5,0	3,9	5,0	4,0
Material Elétrico e de Comunicações	3,4	4,4	4,8	4,9	5,4	5,9	4,9	5,5	7,0	8,1	6,9	6,2	4,8	5,5	5,5
Material de Transportes	2,0	2,7	2,8	3,6	4,8	5,5	6,4	8,7	9,6	9,8	9,0	9,6	10,4	8,7	11,5
Madeira	15,1	10,0	10,0	8,0	7,3	8,7	8,5	8,1	7,1	7,3	6,2	6,0	5,0	6,3	4,9
Mobiliário	3,6	3,3	3,5	2,9	2,6	3,1	3,8	3,3	3,2	3,9	4,3	2,9	1,7	2,4	2,6
Papel e Papelão	5,6	4,6	4,5	4,7	5,6	6,0	5,7	7,0	7,7	7,2	5,4	5,2	4,0	5,2	5,7
Borracha	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	0,6	0,4	0,4	0,4	0,2	0,1	0,1	0,2
Couros e Peles	0,4	0,3	0,6	0,9	0,9	1,0	1,1	1,2	1,4	1,7	1,7	1,4	0,8	0,6	0,7
Química	19,1	23,2	21,1	20,0	19,5	18,9	17,0	13,7	12,4	11,5	14,3	15,7	15,4	18,2	17,6
Farmacêutica	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Perfumaria, Sabões e Velas	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,7
Produtos de Materia Plástica	1,4	1,3	1,6	1,4	1,5	1,5	1,7	2,0	1,8	2,2	2,2	2,2	1,6	1,8	1,7
Indústria Têxtil	5,0	4,2	4,5	5,0	4,3	4,7	4,5	6,1	6,4	6,0	4,8	5,1	4,9	4,3	3,1
Vestuário	1,2	1,0	1,1	0,9	1,1	1,4	1,8	1,8	2,2	2,8	3,0	2,7	1,9	1,5	2,5
Produtos Alimentares	22,2	23,8	21,3	27,1	27,3	21,9	21,6	16,0	14,3	12,1	14,4	17,3	21,8	22,6	24,0
Bebidas	1,1	1,2	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,4	1,9	2,0	1,8	1,9	2,6
Fumo	0,3	0,5	0,6	0,6	0,5	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,6	0,3
Editorial e Gráfica	1,2	1,3	1,3	1,2	1,0	1,1	1,2	1,7	1,6	2,5	2,9	2,6	1,4	2,8	0,4
Diversas	0,8	1,1	1,1	1,1	1,3	1,4	1,4	1,8	3,2	2,5	2,4	2,6	7,0	2,1	1,4
Total	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2	98,2
Autônomos	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

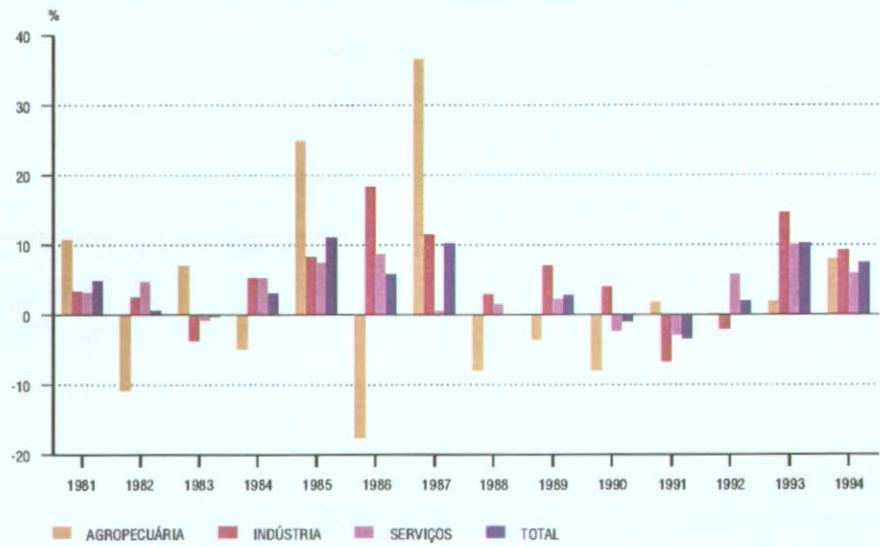
FONTE: IPARDES

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES DE ATIVIDADES NO PIB, A CUSTO DE FATORES E A PREÇOS CONSTANTES, NO PARANÁ - 1980-1994



FONTE: IPARDES

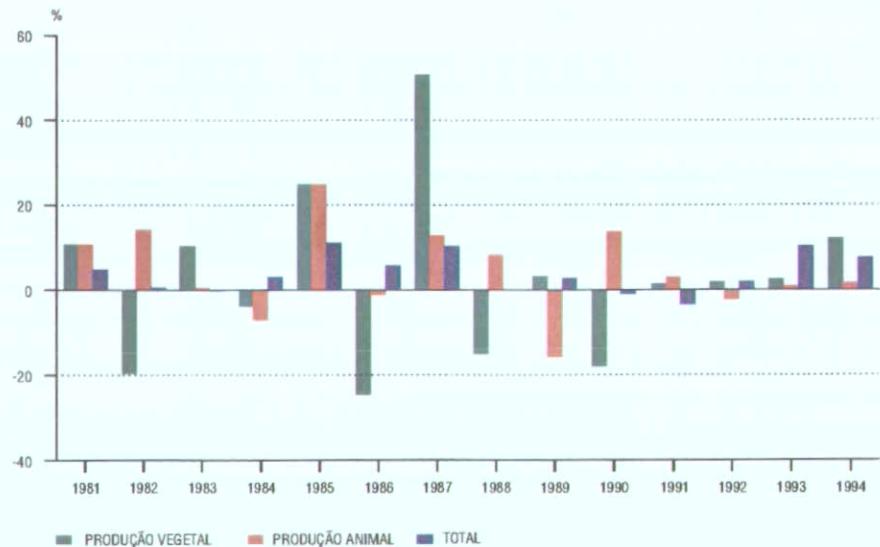
GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADES, NO PARANÁ - 1981-1994



FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa calculada em relação ao ano anterior.

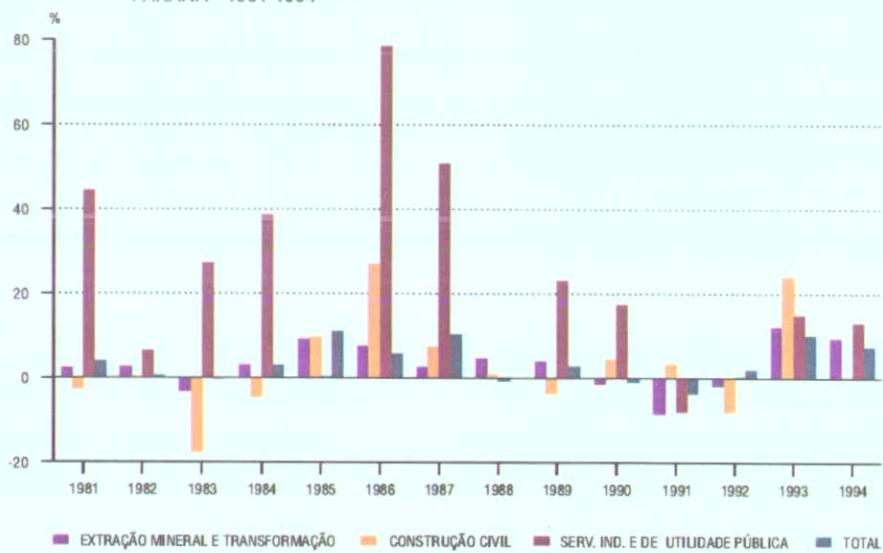
GRÁFICO 3 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DA AGROPECUÁRIA E SEUS COMPONENTES, NO PARANÁ - 1981-1994



FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa calculada em relação ao ano anterior.

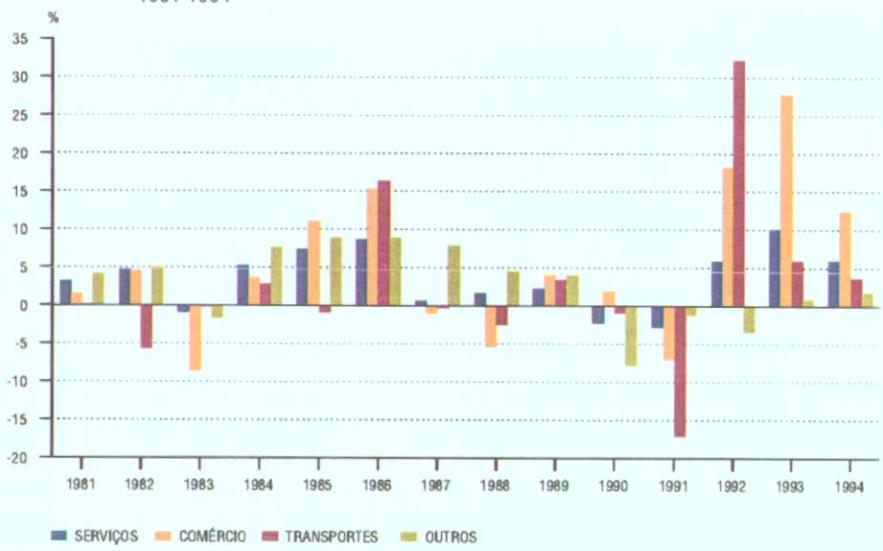
GRÁFICO 4 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, DA INDÚSTRIA E SEUS COMPONENTES, NO PARANÁ - 1981-1994



FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa calculada em relação ao ano anterior.

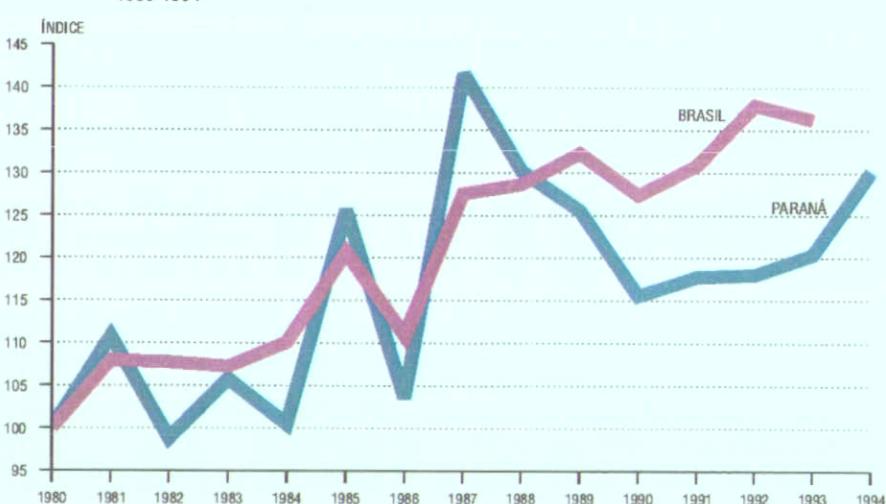
GRÁFICO 5 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB NOS SERVIÇOS E GRUPOS, NO PARANÁ - 1981-1994



FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa calculada em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 6 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DA AGROPECUÁRIA, NO PARANÁ E NO BRASIL - 1980-1994

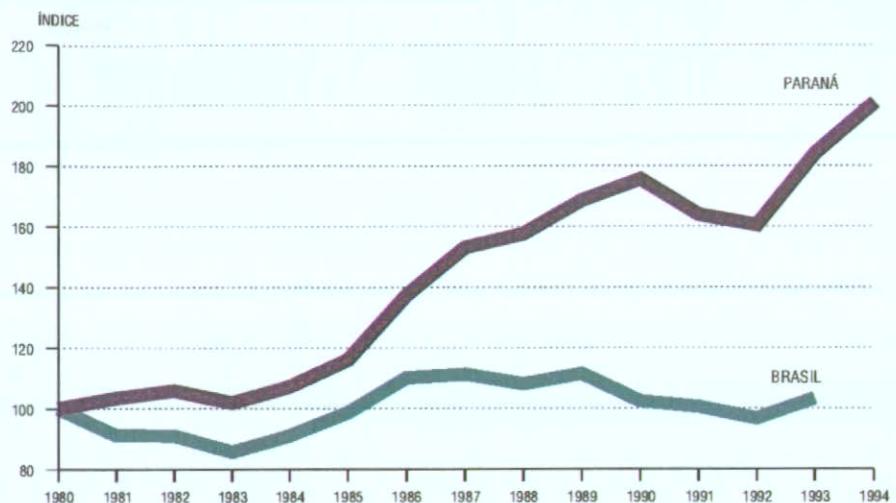


FONTE: IPARDES

NOTAS: Índice calculado em relação ao ano base (1980=100).

Para 1994, o índice brasileiro não foi calculado porque os dados não estão disponíveis.

GRÁFICO 7 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DA INDÚSTRIA, NO PARANÁ E NO BRASIL - 1980-1994

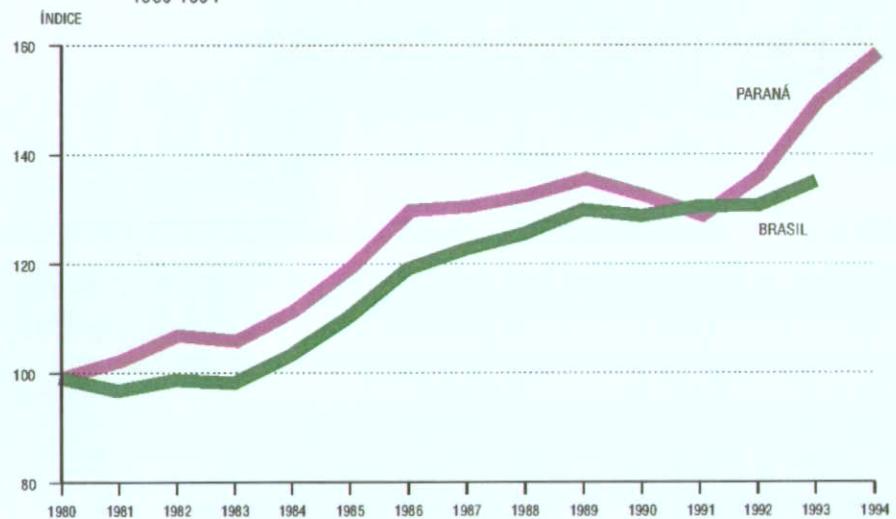


FONTE: IPARDES

NOTAS: Índice calculado em relação ao ano base (1980=100).

Para 1994, o índice brasileiro não foi calculado porque os dados não estão disponíveis.

GRÁFICO 8 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, NOS SERVIÇOS, NO PARANÁ E NO BRASIL - 1980-1994

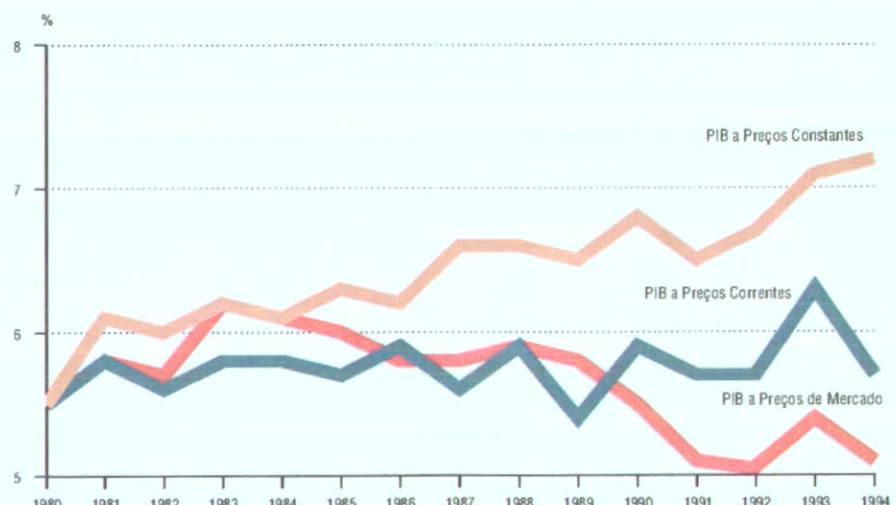


FONTE: IPARDES

NOTAS: Índice calculado em relação ao ano base (1980=100).

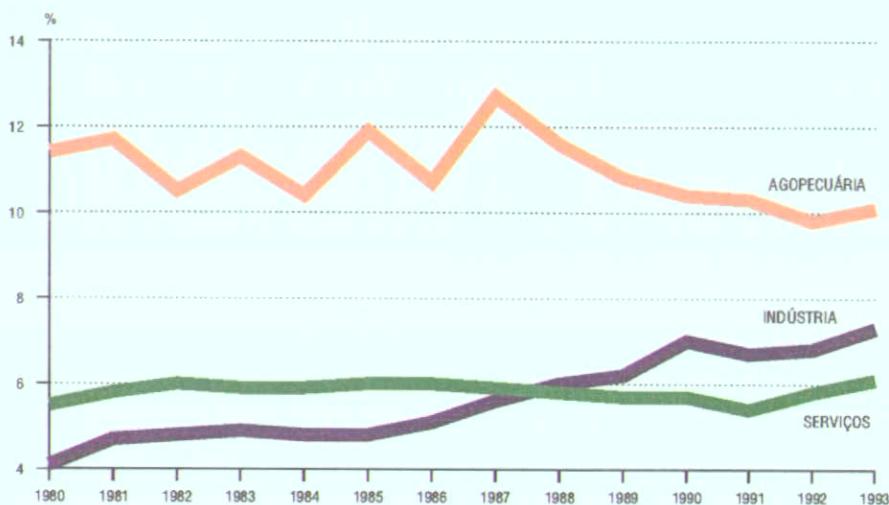
Para 1994, o índice brasileiro não foi calculado porque os dados não estão disponíveis.

GRÁFICO 9 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB DO BRASIL - 1980-1994



FONTES: IPARDES, IBGE

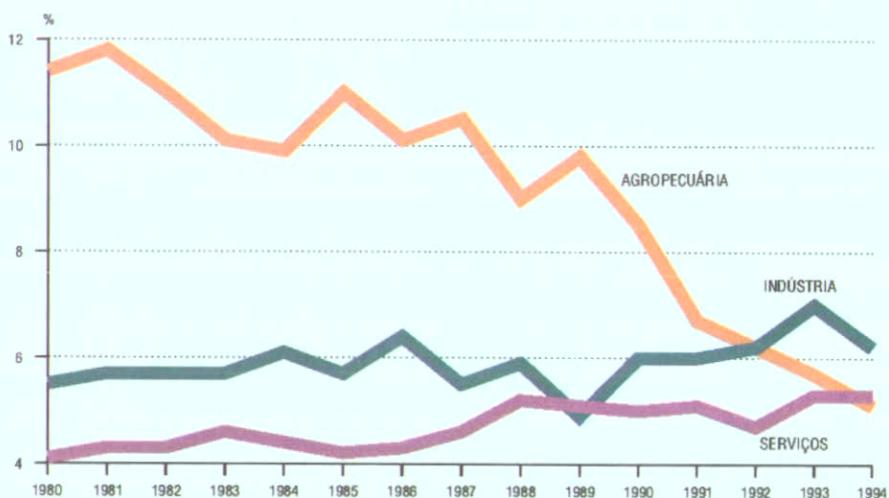
GRÁFICO 10 - PARTICIPAÇÃO DO PIB DO PARANÁ NO PIB DO BRASIL, A PREÇOS CONSTANTES -
1980-1993



FONTE: IPARDES, IBGE

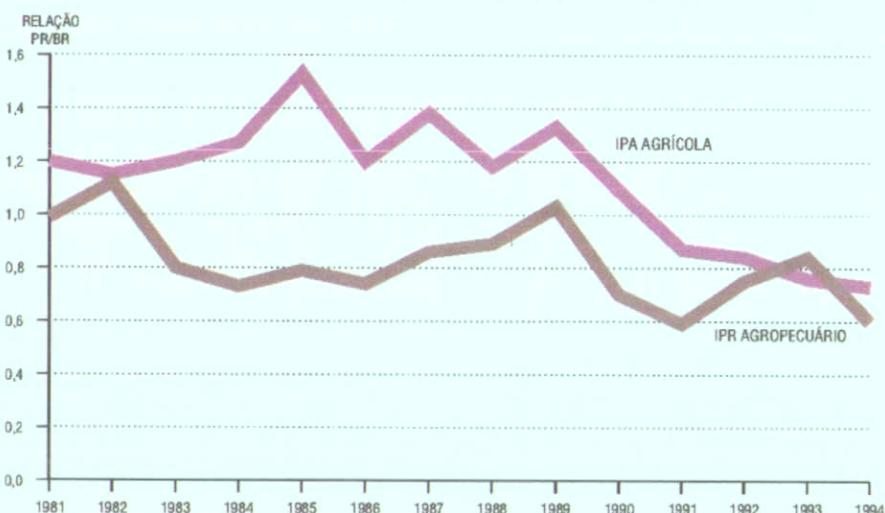
NOTA: Base 1980=100.

GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO DO PIB DO PARANÁ NO PIB DO BRASIL, A PREÇOS CORRENTES -
1980-1994



FONTE: IPARDES, IBGE

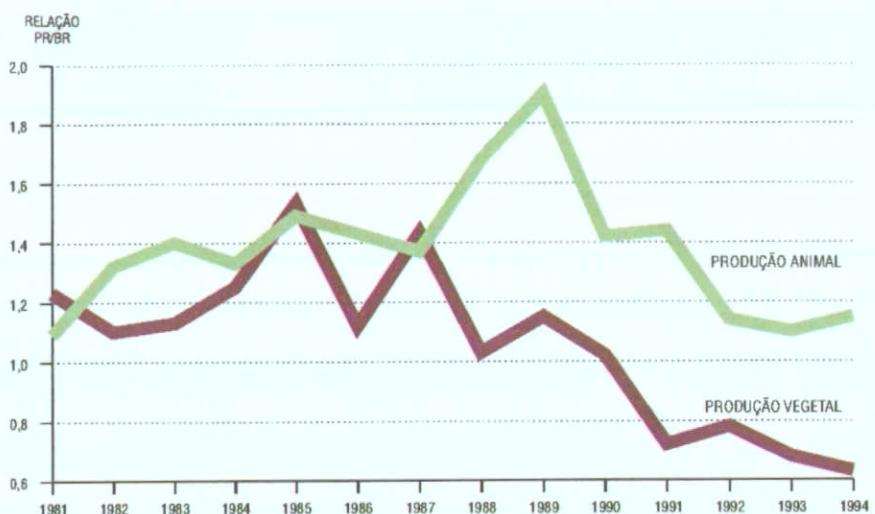
GRÁFICO 12 - RELAÇÃO ENTRE O DEFLETOR DO PIB DA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, O ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO PARA PRODUTOS AGRÍCOLAS E O ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELO AGRICULTOR NA AGROPECUÁRIA - 1981-1994



FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foram utilizados o Índice de Preços no Atacado e o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

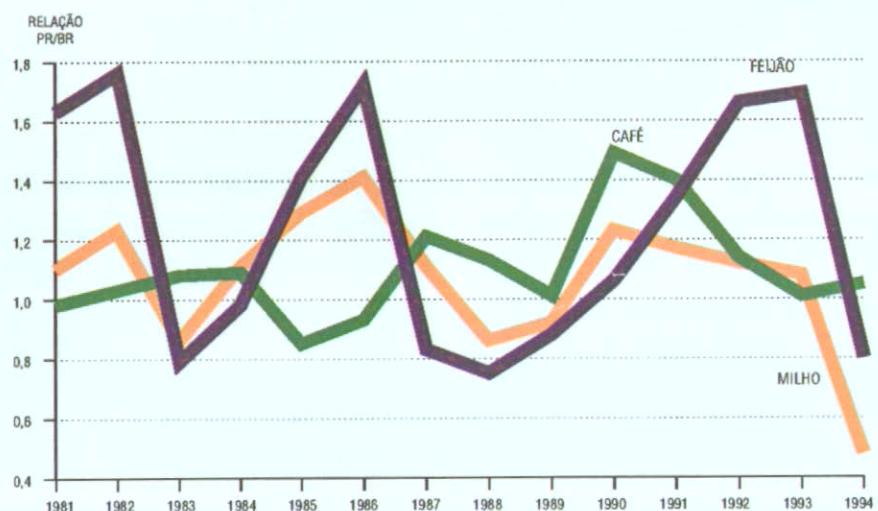
GRÁFICO 13 - RELAÇÃO ENTRE OS DEFLATORES DO PIB DA PRODUÇÃO VEGETAL E ANIMAL DO PARANÁ E OS ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS PELO AGRICULTOR PARA AS LAVOURAS E PRODUTOS ANIMAIS - 1981-1994



FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foi utilizado o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

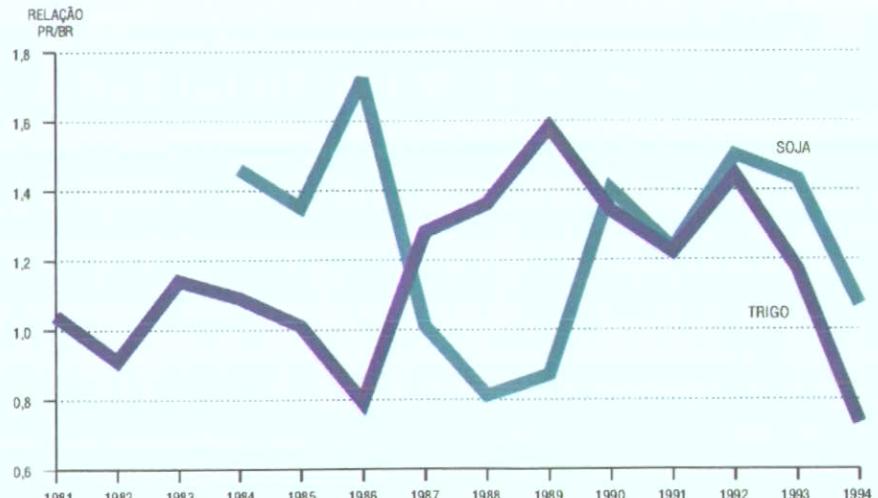
GRÁFICO 14 - RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE PREÇOS DO CAFÉ, FEIJÃO E MILHO NO PARANÁ E OS ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PARA O CAFÉ, FEIJÃO E MILHO - 1981-1994



FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foi utilizado o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

GRÁFICO 15 - RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE PREÇOS DA SOJA E DO TRIGO NO PARANÁ E OS ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PARA A SOJA E O TRIGO - 1981-1994

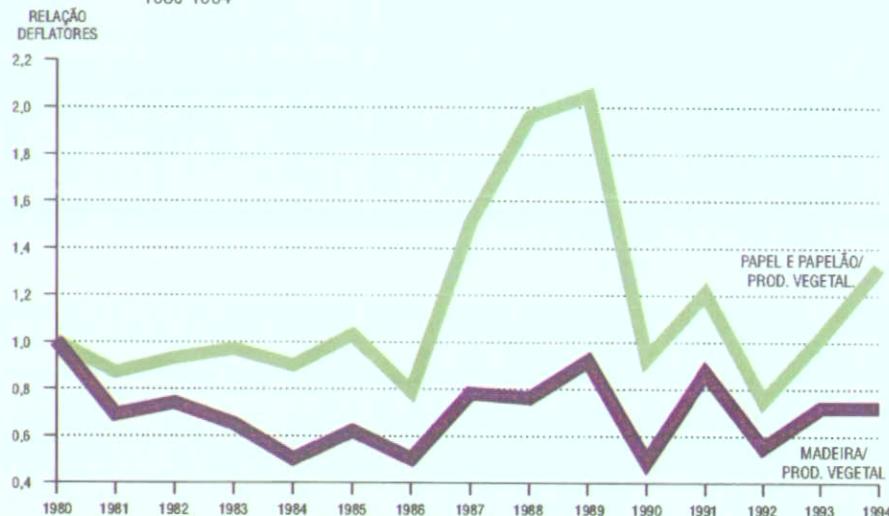


FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foi utilizado o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

Os dados não estavam disponíveis para a soja no período 1981 a 1983.

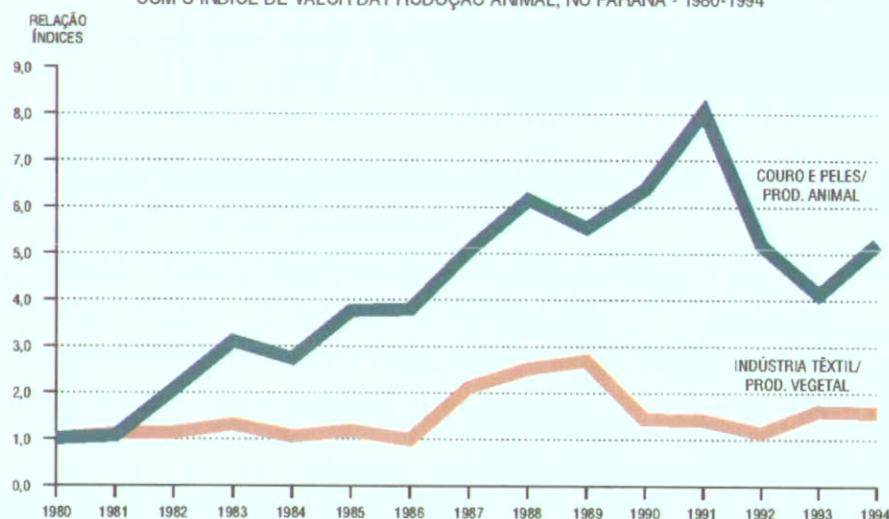
GRÁFICO 16 - RELAÇÃO ENTRE O DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB DA PRODUÇÃO VEGETAL E OS DEFLOTORES DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DE PAPEL E PAPELÃO, NO PARANÁ - 1980-1994



FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foi utilizado o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

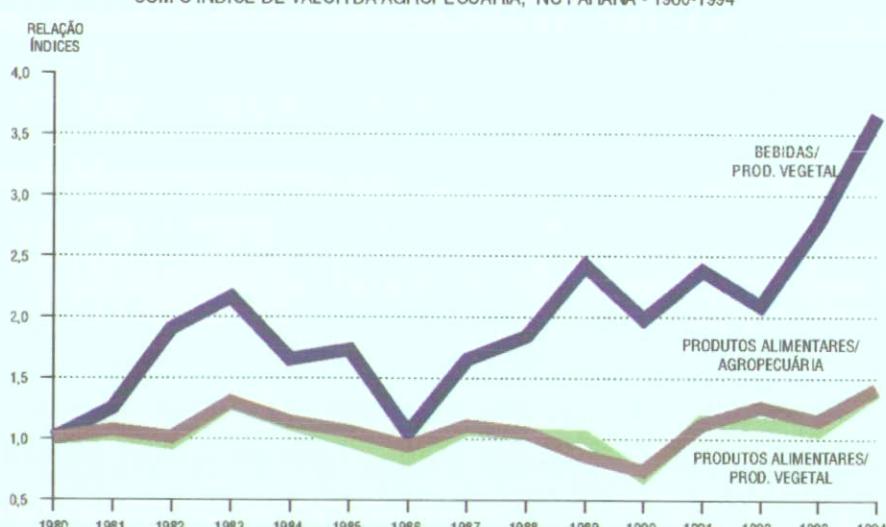
GRÁFICO 17 - RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE VALOR DA INDÚSTRIA DE COURO E PELES COM O ÍNDICE DE VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E ENTRE O ÍNDICE DE VALOR DA INDÚSTRIA TÊXTIL COM O ÍNDICE DE VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL, NO PARANÁ - 1980-1994



FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foi utilizado o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

GRÁFICO 18 - RELAÇÃO DO ÍNDICE DE VALOR DA INDÚSTRIA ALIMENTAR E DE BEBIDAS COM O ÍNDICE DE VALOR DA PRODUÇÃO VEGETAL E DO ÍNDICE DE VALOR DA INDÚSTRIA ALIMENTAR COM O ÍNDICE DE VALOR DA AGROPECUÁRIA, NO PARANÁ - 1980-1994



FONTE: IPARDES, Conjuntura Econômica - FGV

NOTA: Para o Brasil, foi utilizado o Índice de Preços Recebidos, da FGV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANUÁRIO ESTATÍSTICO [DA] ANFAVEA 1957-1992. São Paulo : ANFAVEA, 1993.
- 2 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA BRASILEIRA 1981-1994. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Siderurgia.
- 3 BALANÇO GERAL DO ESTADO 1980-1994. Curitiba : SEFA, 1981-1995.
- 4 BOLETIM ESTATÍSTICO ANUAL [DA] ELETROSUL 1987-1994. Florianópolis : ELETROSUL, 1988-1995.
- 5 BRASIL. Ministério do Trabalho. RAIS 1980-1991. Brasília : Ministério do Trabalho, 1983, 1984, 1986, 1988, 1991. Relatório de computador.
- 6 BRASIL. Ministério do Trabalho. Relatório da Lei 4923/65 1992-1994. Brasília : Ministério do Trabalho. Relatório de computador.
- 7 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Relatório de atividades 1980-1994. Curitiba : SANEPAR, 1981-1995.
- 8 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. Relatório de atividades 1980-1994. Curitiba : COPEL, 1981-1995.
- 9 CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro : FGV, v.34, n.1, jan.1980-v.9, n.4, abr.1995.
- 10 CONSTRUÇÃO : Região Sul. São Paulo : Pini, n.285-318, jul.1992-abr.1995.
- 11 EDITORA PINI. Índice Pini de Custos de Edificações : esclarecimentos gerais e metodologia. São Paulo : Pini, 1992.
- 12 EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO 1980-1987. Rio de Janeiro : IBGE.
- 13 FINANÇAS DO BRASIL : Receita e Despesas dos Municípios. Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, v.31-34, 1985-1988.
- 14 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: novo sistema de contas nacionais : metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1988. (Textos para discussão, 10).
- 15 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário Paraná 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1983.
- 16 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo comercial Paraná 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1984.
- 17 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico Paraná 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1983.
- 18 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico Paraná 1991. Rio de Janeiro : IBGE, 1994.
- 19 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo dos serviços Paraná 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1984.
- 20 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo industrial Paraná 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1984.
- 21 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índices da produção industrial : séries revistas 1975-85. Rio de Janeiro : IBGE, 1986. 150p.
- 22 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Inquéritos especiais. Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 4v. v.1.Produção e distribuição de energia elétrica. Unidades autoprodutoras de energia elétrica. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Limpeza pública e remoção de lixo. v.2.Transportes rodoviário. Transporte ferroviário, hidroviário, aéreo e especial. Departamento de transporte. v.3.Instituições financeiras. Seguros e capitalização. Comunicações. v.4.Indústria da construção. Departamento da construção.
- 23 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Matriz de insumo produto Brasil 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1989. 203p.
- 24 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Novo sistema de contas nacionais séries correntes 1981-85 : metodologia, resultados provisórios e avaliação do projeto. Rio de Janeiro : IBGE, 1991. (Textos para discussão, 51).
- 25 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto interno bruto trimestral : metodologia e resultados 1980/89. Rio de Janeiro : IBGE, 1989. (Relatórios metodológicos, 9).
- 26 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de contas nacionais consolidadas : Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. 81p. (Relatórios metodológicos, 8).
- 27 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Economia paranaense : desempenho recente e cenários de curto prazo. Análise Conjuntural, Curitiba : IPARDES, v.13, n.4, abr.1991.
- 28 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Produto interno bruto do Paraná 1970-87. Curitiba : IPARDES, 1988. 66p.
- 29 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base Pública. Consumo aparente de cimento - Paraná 1975-1994. Curitiba : BPUB, 1995. Relatório de computador.
- 30 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base Pública. Despesas de custeios municipais 1990-1993. Curitiba : BPUB, 1995. Relatório de computador.
- 31 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base Pública. Impostos federais - Paraná 1990-1995 Curitiba : BPUB, 1995. Relatório de computador.
- 32 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base

- Pública. Índice Nacional da Construção Civil - Custo Nacional de Edificações 1985-1988. Curitiba : BPUB, 1995. Relatório de computador.
- 33 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base Pública. Receita tributária municipal. Curitiba : BPUB, 1995. Relatório de computador.
- 34 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base Pública. Síntese dos balanços municipais 1990-1993. Curitiba : BPUB, 1995. Relatório de computador.
- 35 MONTEIRO, Maria José Cyhlar (Coord.) Revisão da metodologia de cálculo dos índices setoriais agrícolas: *Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais (IPP)* e *Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais (IPR)*. Brasília : IPEA, 1994. (Estudos de política agrícola. Documentos de trabalho, 20).
- 36 OFICINA ESTADÍSTICA DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. Sistema europeu de contas económicas integradas SEC. 2.ed. Luxemburgo : EUROSTAT, 1990.
- 37 PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. Levantamento da produção agrícola do Estado do Paraná - LPA03900 : listagem do valor total da produção no Estado : Safra 91/92; Safra 92/93; Safra 93/94. Curitiba : SEAB/DERAL, 1995. Listagem de computador.
- 38 PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. Levantamento da produção agrícola do Estado do Paraná - LPA03700 : listagem da área e produção por cultura e região : Safra 91/92; Safra 92/93; Safra 93/94. Curitiba : SEAB/DERAL, 1995. Listagem de computador.
- 39 PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. Preços recebidos pelos agricultores - Paraná : jul.1993 a dez.1994. Curitiba : SEAB/DERAL, 1995. Listagem de computador.
- 40 PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. Coordenação de Assuntos Econômicos. Economia paranaense : estatística econômico-financeira 1980-1991. Curitiba : SEFA.
- 41 PESQUISA ANUAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO 1988-1992. Rio de Janeiro : IBGE
- 42 PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 1981-1984. Rio de Janeiro : IBGE
- 43 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL : Produção Física 1985-1995. Rio de Janeiro : IBGE.
- 44 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS : Paraná 1981-1990. Rio de Janeiro : IBGE.
- 45 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL : Culturas Temporárias e Permanentes : Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul 1980-1992. Rio de Janeiro : IBGE.
- 46 PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL : Região Sul e Centro-Oeste 1980-1992. Rio de Janeiro : IBGE.
- 47 PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL : Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Municípios 1980-1992. Rio de Janeiro : IBGE.
- 48 RELATÓRIO ANUAL [DO] BANCO CENTRAL DO BRASIL 1984; 1988, 1990; 1993. Brasília : BACEN, 1985-1994.
- 49 SILVA, Antonio Braz de Oliveira e et al. Matriz de insumo-produto do nordeste 1980 e 1985 : metodologia e resultados. Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 1992.
- 50 SILVA, Antonio Braz de Oliveira e et al. Matriz de insumo-produto do Norte 1980 e 1985 : metodologia e resultados. Belém : SUDAM, 1994.
- 51 SILVA, Antonio Braz de Oliveira e; CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Estrutura das contas nacionais brasileiras.. Rio de Janeiro : IBGE/Diretoria de Pesquisas, 1991. (Textos para discussão, 49).
- 52 TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ. Relatório da administração 1988; 1994. Curitiba : TELEPAR, 1989, 1995.
- 53 TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ. Relatório de atividades 1980-1994. Curitiba : TELEPAR, 1981-1995.
- 54 UNITED NATIONS. A system of national accounts. New York, 1968. (*Studies in methods*, serie F, n.2, rev.3).

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

FRIC KERIN - Diretor Geral

IPARDES

ROMAR TEIXEIRA NOGUEIRA - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LUIZA M. S. MARQUES DIAS - Diretora do Centro de Pesquisa

LUIZ ALEXANDRE FAGUNDES - Diretor do Centro Estadual de Estatística

ADEMIR CLEMENTE - Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA - PROJETO RENDA INTERNA*

ANTONIO BRAZ DE OLIVEIRA E SILVA (economista) - Coordenador**

ALVARO SOARES DE ALMEIDA (economista)

MARIA INÉS CAVICHIOLLI (socióloga)

RICARDO KURESKI (economista)

SOLANGE DO ROCIO MACHADO (economista)

APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL

MARIA CRISTINA FERREIRA - revisão

MARIA DIRCE BOTELHO MARÉS DE SOUZA - normalização bibliográfica

ELIANE MARIA DOLATA MANDU - normalização tabular e gráfica

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA, MARIA LAURA LIMA ZOCOLOTTI - editoração de texto e tabelas

NORMA REGINA GOMES IORIO DOS SANTOS - diagramação e arte

*Agradecemos a colaboração de Claudio Monteiro Considera, Paulo Mansur Levy, Lucília de Fátima Valadão, Mérida Medina e Gisela Palma da Silva, do IPEA, e Heloisa Valverde Filgueiras e Carlos Cesar Bittencourt Sobral, do IBGE, pelo fornecimento de informações necessárias aos trabalhos.

**Analista Especializado do IBGE, cedido ao IPARDES através de convênio de cooperação técnica.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
R. Marechal Hermes nº 999, Centro Cívico, CEP 80530-914 - Curitiba - Paraná
Fone: (041) 254-8311 - Fax: (041) 254-4114 - E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

APOIO:



